



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - VIOLÊNCIA URBANA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 2064/09	DATA: 11/11/2009
INÍCIO: 14h51min	TÉRMINO: 17h46min	DURAÇÃO: 02h54min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h54min	PÁGINAS: 57	QUARTOS: 35

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARCELO JORGE DE PAULA PAIXÃO – Coordenador do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais – LAESER, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

VILMA REIS – Mestre em Ciências Sociais, Coordenadora Executiva do CEAFFRO, Programa do Centro de Estudos Afro-Orientais – CEAO, da Universidade Federal da Bahia, e Presidenta do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra da Bahia.

SUMÁRIO: Debate sobre identificação das causas do aumento da violência urbana no País e apresentação de sugestões e propostas que possam minimizar o quadro objeto de análise e investigação desta Comissão.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.
Há falha na gravação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Declaro aberta a presente sessão de audiência pública.

Esta reunião dá sequência ao trabalho que está sendo desenvolvido pelo Comissão Parlamentar de Inquérito que tem por finalidade identificar as causas do aumento da violência urbana no País e apresentar sugestões e propostas que possam minimizar o quadro objeto de análise e investigação desta Comissão.

Para tanto, foi aprovado requerimento do ilustre Deputado Luiz Alberto, bem como da Deputada Iriny Lopes, no sentido de que fossem convidados a comparecer a esta Comissão na data de hoje o Dr. Marcelo Jorge de Paula Paixão, Coordenador do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e a Dra. Vilma Reis, Mestre em Ciências Sociais, Coordenadora Executiva do CEAFFRO, Programa do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA e Presidente do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado da Bahia, para discutirem conosco o tema relativo à juventude negra, a principal vítima da violência no Brasil.

Quero, desde já, agradecer ao Dr. Marcelo Paixão a presença, bem como ao ilustre Deputado Luiz Alberto a iniciativa. Atento à importância do tema, S.Exa. nos proporcionou, mesmo com todo o movimento que a Casa está vivendo, que esta data seja também destacada com a presença dos senhores.

Tendo sido distribuída a ata da 15ª reunião a todos os Srs. Deputados, indago se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Peço a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Dispensada a leitura, não havendo quem queira fazer uso da palavra, em votação. *(Pausa.)*

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Vamos de imediato, então, dar sequência ao nosso trabalho.

Convido o Dr. Marcelo Paixão para usar a palavra pelo tempo necessário para a sua exposição.



O SR. MARCELO JORGE DE PAULA PAIXÃO - Muito obrigado, Deputado Paulo Pimenta; muito obrigado, Deputado Luiz Alberto.

Como anunciado, sou professor da UFRJ e coordeno um laboratório de estudos de desigualdades raciais. Entre outros estudos, esse também faz parte do escopo dos nossos trabalhos. Muito humildemente, espero poder trazer informações importantes para o desenvolvimento da CPI.

Trago para os senhores alguns dados acerca da incidência de homicídios sobre a população negra, principalmente a população jovem. Esses dados, na sua grande maioria, foram coletados dos microdados do Sistema de Informações sobre Mortalidade — SIM, produzido pelo Ministério da Saúde. Então, por definição, não estou cobrindo todos os aspectos relacionados à violência, os quais envolvem também outros planos daquilo que se entende por vitimização.

Minha apresentação se chama *Jovens Negros no Brasil e Indicadores de Exposição à Violência*, tendo por eixo fundamentalmente os dados de homicídios desagregado pela variável cor ou raça e grupos de sexo. Para quem não sabe, os indicadores do Sistema de Informações sobre Mortalidade, quando coleta a variável cor, obedece fundamentalmente à classificação feita pelo IBGE: branco, preto, pardo, amarelo, indígena. E é assim que esses dados são, enfim, coletados.

(Segue-se exibição de imagens.)

Esta primeira transparência é importante por mostrar qual a evolução dos indicadores de homicídio entre 1980 e 2007. Ao longo de todo o período, é como se, a cada década, fechássemos um novo momento de um ciclo de exposição da população brasileira à violência. Este dado aqui é o número total de homicídios praticados no Brasil, independentemente da cor. Nos anos 80, nós saímos de uma média de 20 mil homicídios por ano para uma média de 40 mil homicídios por ano na década de 90, e estamos chegando agora, já ao término da década de 2000, perto a uma coisa que não chega exatamente a 50 mil assassinatos por ano, mas é razoavelmente próxima. Isso significa, se considerarmos que a população brasileira não experimentou igual ritmo de crescimento durante o período analisado, que evidentemente ocorreu um aumento da proporção de pessoas mortas sobre a população como um todo.



Aqui, neste *slide*, o que nós vamos encontrar? Até 1996, o Ministério da Saúde não coletava as informações da população brasileira desagregada por cor. Portanto, este cinza aqui vem a ser a população de cor ignorada. Então, a partir do ano de 96, a variável cor passou a ser incorporada nas bases de dados do Ministério da Saúde, de tal maneira que é possível ver a distribuição relativa dos homicídios de acordo com os grupos de cor ou raça. Então, nós verificamos que cai aqui, evidentemente, o número de cor ignorada, e fica evidenciado como é a população preta e parda, que nós, na academia, classificamos como a população negra, que passa a responder pela maior quantidade de pessoas assassinadas no Brasil. Então, apenas colocando aqui, à medida que esses dados vão avançando. Por exemplo, no ano de 2001, do total de óbitos por assassinatos ocorridos no Brasil, 8,5% eram de pessoas de cor ou raça preta; 44,5% eram de cor ou raça parda, o que totalizava 53%. Quando nós chegamos ao ano de 2007, que foi o último ano que o Ministério da Saúde disponibilizou informações para esse indicador, vamos encontrar a população preta e parda, em conjunto, já respondendo por 63%, quase 64% do total de pessoas que morreram assassinadas no Brasil.

E aqui já começamos a analisar os indicadores desagregados pela variável cor ou raça e também pelos grupos etários: 15 a 17 anos; 18 a 24 anos, tanto da população branca quanto do somatório da população preta e parda. E aí vemos que ocorre uma coisa muito interessante durante esse período, porque, a partir do ano de 2002, é como se abrisse uma boca tanto em relação à população total, quanto em relação à população que está nas faixas etárias mais jovens. Durante o período de 2001 e 2007, foram assassinadas em todo o País 7.404 pessoas brancas entre 15 e 17 anos de idade e 32.702 pessoas brancas entre 18 e 24 anos de idade. Mas quando observamos na população preta e parda, vemos que a população total que foi assassinada, entre 15 e 17 anos de idade, totalizou 15.431 pessoas; entre 18 e 24 anos de idade, 65.084 pessoas. Portanto, nós vamos perceber que há um desnível existente quando pensamos em termos dos grupos de cor e raça da população. Então, vemos que nos anos de 2006 e 2007 foi isso: quase 60 mil pessoas negras assassinadas em todo o País.



Aqui, nós vamos encontrar a composição de cor ou raça de crianças e jovens entre zero e 24 anos de idade vítimas de homicídios, segundo também os grupos de sexo.

Aqui a população masculina e aqui a população feminina.

Então, os senhores vão reparando que, aqui, de zero a 4 anos de idade, 48% do total são crianças pretas e pardas do sexo masculina e 46,9% do sexo feminino. À medida que as idades vão avançando, vai crescendo também. Em 2007, do total de crianças entre 5 e 9 anos de idade assassinada, 62,9% são crianças pretas e pardas; entre 10 e 14 anos, são 68,5%; entre 15 e 17 anos, 69,8%; entre 18 e 24 anos, 68,6%. E aí também é interessante perceber como há uma discrepância entre o peso de jovens negros mortos nessas faixas etárias, entre 10 e 24 anos de idade, e o seu peso na população assassinada como um todo, que é muito elevado — 64%. Mas, ainda assim, percebemos níveis diferenciados de incidência de homicídios sobre esses grupos.

No caso da população feminina, os indicadores obedecem fundamentalmente ao mesmo comportamento.

Razão de mortalidade. Não sei se todos sabem o que significa razão de mortalidade. É quando nós pegamos o número total de pessoas que foram acometidas por um determinado agravo — no caso, por homicídios —, dividimos pela população total, de acordo evidentemente com as correspondentes faixas etárias, e multiplicamos por 100 mil. Então, aqui nós vamos observar qual é a razão de mortalidade por homicídio da população. Na verdade, razão de mortalidade é uma probabilidade. Os senhores estão vendo que a probabilidade de uma pessoa negra morrer em relação a uma pessoa branca no ano de 2007 era 105% — 105%! — superior. Então, qual era a probabilidade de uma pessoa negra ser assassinada no Brasil no ano de 2007? É uma probabilidade mais de 100% — aqui, evidentemente, do sexo masculino — se for um homem negro em relação a um homem branco.

Mas também, no caso das mulheres, ocorre um movimento parecido. A probabilidade de uma mulher negra morrer assassinada é 42% superior ao de uma mulher branca — isso no ano de 2007. E aqui nós estamos vendo a razão de



mortalidade por homicídio da população masculina entre 15 e 24 anos, segundo os grupos de cor ou raça.

Então, os senhores percebem aqui que ocorreu na população masculina, negra, entre 18 e 24 anos de idade, uma estabilidade muito grande. Esses indicadores de razão de mortalidade são de país que está em guerra, chegam muitas vezes a serem superiores a 150 por 100 mil. Os senhores percebiam que, no caso da população branca, do sexo masculino, da mesma faixa etária, vai ocorrendo uma queda a partir de 2005. Abre de novo aqui uma boca entre os 2 grupos. E vejam só que interessante: se pegarmos a população do sexo masculino negra entre 15 e 17 anos de idade, vamos perceber que a razão de mortalidade dessa população vai superando à da população branca entre 18 e 24 anos, sabendo que essa população que tem entre 18 e 24 anos de idade está mais exposta, hipoteticamente, a esse tipo de situação. Portanto, nós verificamos aqui como vai se destacando. Quer dizer, se fizermos um ordenamento em 2007, qual seria a maior razão de mortalidade? Primeiro, Jovens negros, do sexo masculino, 18 a 24 anos; segundo lugar, jovens negros de 15 a 17 anos, depois é que viriam os jovens brancos. Esse também é um indicador que mostra como o crescimento recente da violência urbana no Brasil está incidindo de uma forma diferenciada sobre os jovens negros.

Aqui, nós vamos encontrar a razão de mortalidade da população por homicídio, homens e mulheres, por Unidade da Federação. E aqui também para o ano de 2007, o último ano em que há dados disponíveis, como eu já comentei.

Então, tanto no caso da população do sexo masculino, mas, na grande maioria dos Estados, também valendo para o sexo feminino, nós vamos encontrar razão de mortalidade da população negra significativamente superiores à da população branca, com a única exceção do Estado do Paraná, sendo que, em Estados como o da Paraíba a diferença de razão de mortalidade de uma pessoa negra para uma pessoa branca é de 1.181%. Quer dizer, a probabilidade de uma pessoa negra morrer assassinada na Paraíba é 1.181% superior à de uma pessoa branca.

No meu Estado, o Rio de Janeiro, a probabilidade de uma pessoa negra morrer assassinada é 130% superior; Rio Grande do Norte, 175% superior; São



Paulo, 47% superior; Amazonas, 499% superior. É claro que, no caso da população feminina, esses indicadores obedecem a variações, porque sabemos que a população feminina está menos exposta a morrer dessa maneira. Os indicadores mais complicados para as mulheres negras obedecem a outros fatores, mas ainda assim são muito elevados. Eu mesmo disse que a probabilidade de uma mulher negra, em todo o País, em 2007, morrer assassinada era 40% superior à de uma mulher branca. E o fato de que em alguns Estados esse comportamento não se repete não expressa uma coisa mais significativa — claro que teria que ser analisado especificamente.

Aqui, nós pegamos a razão de mortalidade da população entre 15 e 17 anos por alguns Estados selecionados. Então, nós vamos observar que também as razões de mortalidade aqui são muito altas e uma proporção certamente superior a da uma população branca.

Por exemplo, em Pernambuco...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Dr. Marcelo, a título de entendimento: o quadro anterior é o quadro real do número de homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes.

O SR. MARCELO JORGE DE PAULA PAIXÃO - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - A razão de mortalidade é a probabilidade de vir a morrer?

O SR. MARCELO JORGE DE PAULA PAIXÃO - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - É importante as pessoas entenderem a diferença desses 2 conceitos. O anterior é o efetivamente ocorrido; este aqui é a probabilidade de que possa ocorrer.

O SR. MARCELO JORGE DE PAULA PAIXÃO - Exatamente. Eu estou trabalhando com a idéia da distribuição entre os grupos, o número total de casos e a probabilidade, que são as razões.

Então, aqui nós vamos encontrar na população entre 15 e 17 anos, homens e mulheres brancos, pretos e pardos. No Estado da Bahia, do Deputado Luiz Alberto, a probabilidade de um jovem negro, de 15 a 17 anos, ser assassinado é 560% superior a de um jovem branco. No Ceará, é 167% superior; aqui, em Brasília, é



171% superior; no Espírito Santo, 830% superior; no Rio de Janeiro, 223%. Isso no caso da população do sexo masculino.

É claro que, de novo, no caso das mulheres, é muito notório que as meninas estão menos sujeitas a esses fatores de risco. Então, é evidente que eu estou localizando aqui, mostrando que há uma proporção desigual de homicídios sobre jovens, sobre jovens do sexo masculino e que são pretos e pardos. É isso que eu estou dizendo de maneira sintética.

Aqui, nós vamos encontrar o mesmo indicador, só que para a população entre 18 e 24 anos. Para a população entre 18 e 24 anos, a exposição à violência e ao homicídio torna-se ainda maior. E, pegando de novo o Estado da Paraíba, a probabilidade de jovem negro, entre 18 e 24 anos, morrer assassinado é de 142,7 por 100 mil e, de um branco, é de 5,9. Dá uma diferença de 2.323% de um para outro. Em Pernambuco, diferença é de 946%; no Espírito Santo, 322%; no Ceará, 319%; no Rio de Janeiro, 326%.

Aqui, nós vamos pegar o indicador que é a participação dos homicídios sobre o total de óbitos segundo o grupo de cor ou raça. Quer dizer, de todo mundo que faleceu, qual foi a causa, qual foi o peso relativo dos homicídios? Aí, nós vamos encontrar que, entre a população entre 10 e 14 anos, brancos, em 2007, 8,2% dos que morreram foram assassinados. Já no caso da população negra, 17,3%; da população feminina, 4,3%; mulheres negras, 6,9%.

Pulando para a população entre 15 e 17 anos. Homens que morreram, 31% foram assassinados. No caso dos homens negros, mais da metade, 51,4% do total que morreram, morreram assassinados. Das mulheres brancas, 9,5%; 15,1% para as mulheres negras. De 18 a 24 anos, o comportamento é parecido com o de 15 a 17: 32% dos homens brancos que morreram em 2007 foram assassinados; 52% dos homens negros que morreram foram assassinados.

Esses dados eu tenho até para Unidades da Federação. Na Região Sudeste, do total de pessoas que morrem nessas faixas etárias entre 15 e 24 anos, em alguns momentos, o peso dos homicídios pode ser superior a 90%.

Participação dos homicídios. Aqui, temos o mesmo dado do anterior, só que com sua evolução. Então, pegando o total, vemos uma grande estabilidade desse indicador .



Desculpem-me, é um outro dado. Desculpa. Voltar a imagem.

Aqui, nós vamos encontrar a participação de jovens no total dos homicídios. Deu para entender o que quer dizer o indicador? Dentro do próprio grupo. De todo mundo que morreu assassinado, qual foi o peso dos jovens nesse total? Aqui, no caso, jovens entre 10 e 24 anos, estou tirando até as faixas etárias anteriores. Os senhores estão vendo que pega aqui a metade. Quer dizer, numa faixa etária razoavelmente curta, de 14 anos, vai-se encontrar praticamente metade vitimando as mulheres pretas e pardas e os homens pretos e pardos... Eu estou com um probleminha para identificar esses dados, porque não estou conseguindo enxergar muito bem. Então, eu vou passar, e depois eu volto, se os senhores quiserem, porque tenho que ver eles com mais calma.

Aqui é a população vítima de homicídio por Intervenção Legal. O que é Intervenção Legal? No *síte* do DATASUS, são aqueles que morreram por ações da Polícia ou dos órgãos de segurança. Para o pessoal entender direitinho, quero seguinte: em 2007, no Estado do Rio de Janeiro, foram registrados, pelo SIM, 247 mortes por Intervenção Legal. Já nos autos de resistência registrados pelo Instituto de Segurança Pública do Rio, foram 1.330. Então, tem um problema de como esse dado do Ministério da Saúde dialoga com esse dado do Instituto de Segurança Pública, demonstrando que tem aqui alguma coisa errada, porque, ou essas mortes não vieram para dentro do sistema, ou, se vieram para dentro do sistema, elas foram evadidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - A título de esclarecimento, Dr. Marcelo, nós já trabalhamos esse dado e identificamos que essas mortes foram lançadas no sistema como mortes sem causa definida.

O SR. MARCELO JORGE DE PAULA PAIXÃO - Perfeito. Sabemos que no Portal do DATASUS...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Já identificamos essas todas.

O SR. MARCELO JORGE DE PAULA PAIXÃO - Perfeito. Então, isso ajuda até a esclarecer. É a CPI me esclarecendo uma coisa — inverteu.

Mas aqui vemos população vítima de homicídio por Intervenção Legal, segundo grupo de cor ou raça e sexo. E vemos também que, por mais que saibamos



que esses dados estão com problemas, por mais que saibamos que esses dados têm uma subnotificação muito grande, o que eles registram? Só no ano de 2007, daqueles que foram mortos pelo aparato legal, pela Polícia e outros semelhantes, a diferença entre negros e brancos foi de 65%. E, por mais que compreendamos que esses dados estão incompletos, o que nós estamos verificando é que eles acabam sinalizando, querendo ou não, um indicador de racismo institucional. Por quê? Porque ele está mostrando cabalmente, apesar de todo o limite desse indicador, que há uma incidência desigual na ação do aparato policial sobre as pessoas negras e as pessoa brancas, principalmente as do sexo masculino.

Eu quero pedir só alguns minutinhos a mais, porque eu quero terminar a minha apresentação fazendo uma ultima observação a respeito de como podemos interpretar esses dados. A última coisa que eu gostaria de ver era essas informações descoladas de uma situação social mais ampla que, na nossa hipótese, é a que acaba efetivamente resultando nesses indicadores de violência.

Então, vou, muito rapidamente, mostrar alguns indicadores como distribuição de crianças e jovens, de 7 a 24 anos, que estão frequentando a escola. Então, os senhores estão vendo homens e mulheres. Entre 7 e 14 anos, a taxa de escolaridade está lá em cima. Quando passa para 15 a 17, já vamos encontrar praticamente 2 em cada 10 jovens negros fora da escola.

Quando se pegar o terceiro grau, que seria de 18 a 24 anos — a população que teria idade para frequentar universidade, mas aqui pega todas as faixas —, vai para 27%. É justamente nessa fase da vida que a pessoa está mais sujeita à violência. É claro que esses indicadores obedecem a comportamentos semelhantes em todos os grupos de cor e sexo, mas é notório como a evasão da escola acaba prejudicando de forma mais intensa os jovens negros do que os jovens brancos.

Taxa de adequação ao sistema de ensino significa a seguinte pergunta: do total de crianças de determinada faixa etária, quantas estão estudando e na série correta? A taxa de adequação ao sistema de ensino mostra que aqueles dados lá em cima, que eram até bastante interessantes, ficam muito comprometidos. Por exemplo, da população branca, nós podemos dizer o seguinte: da população entre 7 e 10 anos de idade, 62% estavam na escola na idade correta e, de 15a 17 anos, nem a metade — 32% estariam frequentando a série correta.



Em relação aos negros, vejamos como são diferentes essas escadas. Entre os negros, só metade está estudando, entre 7 a 10 anos, na série correta; nem um terço, entre 11 e 14 anos de idade, estava estudando na série correta, e apenas 15% estavam estudando, dos jovens entre 15 e 17 anos, na série correta.

Os indicadores das mulheres são melhores do que os dos homens, mas, ainda assim, bastante precários também. Significa dizer que, da população que tem entre 15 e 17 anos, faixa em que a coisa começa a complicar, tem mais de 80%, 85% ou estudando na série com retardo escolar, com atraso escolar, ou fora da escola.

Taxa líquida de escolaridade no ensino superior. O que quer dizer taxa líquida de escolaridade? É a proporção da população que tem entre 18 e 24 anos que estava estudando na universidade. Então, o que vamos encontrar aqui? No ano de 2007, apenas 5,9% dos jovens negros que tinham idade para frequentar universidade o faziam. E, quando nós vamos para as mulheres, 7,9%. Ou, lido de outra forma, mais de 90% dos jovens negros em idade para frequentar universidade estavam fora dela. No caso das mulheres, também mais de 90%. E observamos que esses indicadores para a população branca, apesar de não serem também nenhuma maravilha, são significativamente superiores ao que acontece com a população negra. Quer dizer, apenas 7% dos negros entre 18 e 24 anos estão nas universidades. Será que esse quadro também não nos ajuda a ter uma realidade mais ampla sobre o tema da violência?

Aqui, é a proporção de jovens e crianças abaixo da linha de pobreza e indigência por faixa de etárias selecionadas segundo grupos de cor ou raça. E vamos ver aqui também que, abaixo da linha de indigência, tanto meninos quanto meninas, seja na faixa etária zero a 9 anos, 10 a 17 anos, nós vamos encontrar que a taxa de indigência para jovens negros é mais do que o dobro do que ocorre para os jovens brancos. E abaixo da linha de pobreza, nós vamos ver que mais da metade da população negra nessa faixa etária, entre zero e 17 anos, está abaixo da linha de pobreza.

Já estou terminando, Sr. Presidente.

Taxa de desemprego da população economicamente ativa, segundo os grupos de cor ou raça e sexo. Vamos observar que, apesar de nem sempre, no caso



dos jovens brancos, ela é um pouquinho superior à dos jovens negros. Mas, ainda assim, quando se vai para a faixa etária de 18 a 24 anos, nós vamos encontrar uma taxa de desemprego de homens negros, de 15 a 17 anos, 12,3% e, entre 18 a 24 anos, de 10,9%. Vamos encontrar também que, praticamente, 3 em cada 10 mulheres negras estavam desempregadas; no caso dos jovens negros, o indicador, entre 15 a 17 anos, é 17%, e no outro, 12,3%.

A última seria a taxa de informalidade no mercado de trabalho, por faixas etárias selecionadas. Aí também vamos encontrar taxas de informalidades: jovens entre 15 a 17 anos saem da escola mais cedo e entram no mercado de trabalho pela porta dos fundos, porque na faixa etária entre 15 a 17 anos vamos encontrar praticamente todos trabalhando na informalidade. Cai esse indicador para 18 a 24 anos, mas vamos ver aqui que dos negros, entre 18 a 24 anos, 58% estão na informalidade; no caso das mulheres, 66% na informalidade.

Nesta apresentação, procurei mostrar, baseado em dados tanto do Ministério da Saúde, quanto, mais para o final, em dados do IBGE, como há uma incidência desigual dos homicídios sobre a juventude negra e como há também uma relação entre essa incidência desigual dos homicídios sobre a juventude negra e seus indicadores, como de acesso à escola, como de acesso ao mercado de trabalho, como índice de pobreza e indigência.

Então, os senhores da CPI têm uma missão importante pela frente. Não estamos lidando com um cenário que considere que seja minimamente razoável. Não podemos mais manter esse comportamento dos indicadores de homicídio no Brasil. Eles praticamente estão dobrando a cada década.

Portanto, acho que o trabalho realmente vai ser muito elevado. Mas, de qualquer maneira, fica aqui a conclusão. Se a variável cor, se a discussão sobre o racismo institucional não for incorporado na reflexão dos nobres Deputados, acho que muito dificilmente os senhores vão ter condições de chegar a conclusões efetivamente profundas, de tal maneira que possamos para as próximas gerações legar um país diferente do que hoje estamos vivenciando.

Muito obrigado. ((*Palmas.*))

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Sr. Presidente, pela ordem.



Não sou da Comissão, mas fiquei muito entusiasmado, porque esta é minha matéria como Presidente da Frente da Promoção da Igualdade Racial. O companheiro Luiz Alberto fez um convite a nós, que somos da Frente, e sou membro da Comissão que está estudando a PEC nº 391, que está discutindo a questão dos agentes comunitários. Então, dei uma fugidinha para vir aqui.

Primeiro, quero agradecer à Dra. Vilma o trabalho que fez na Bahia e dizer ao Prof. Marcelo Paixão, companheiro do Rio de Janeiro, que já acompanho e uso seus dados que uso nos debates internos lá.

Quero dizer que este é um mês extremamente importante. A CPI está de parabéns, porque, neste mês que discutimos a questão da consciência negra, são importantíssimos esses dados para nós.

Só queria perguntar ao Prof. Marcelo Paixão — hoje, temos uma grande discussão no Rio de Janeiro — se, de fato, essa forma de segurança que estamos tendo no Rio de Janeiro é eficaz ou não. Então, gostaria que, na sua próxima pesquisa, o professor incluísse a discussão que está acontecendo no Rio de Janeiro hoje. Gostaria que incluísse na próxima pesquisa o enfrentamento que está havendo hoje nas comunidades — e eu falo porque moro em Bangu; então, convivo com as áreas mais violentas —, quantos jovens negros estão sendo assassinados a cada enfrentamento nesse período de 1 ano.

Então, quero dizer, Deputado Paulo Pimenta, que a CPI está de parabéns. Nós, afrodescendentes, queremos deixar nosso apoio. Agradecemos ao Prof. Marcelo e à Profa. Vilma o trabalho com que vêm cada vez mais ajudando a diminuir a discriminação neste País, embora saibamos que esse processo que não vai ser de uma hora para outra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Deputado Carlos Santana.

Quero registrar também a presença da Deputada Vanessa Grazziotin, entre outros Parlamentares que estão acompanhando esta audiência pública, e passar de imediato a palavra à Dra. Vilma Reis, Mestra em Ciências Sociais, Coordenadora Executiva do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia e



Presidente do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado da Bahia.

Prazer em recebê-la, Dra. Vilma. A palavra está à sua disposição.

A SRA. VILMA REIS - Boa tarde.

Quero saudar o Deputado Paulo Pimenta, Relator desta Comissão; saudar o Deputado Luiz Alberto, da Bahia, que nos mobilizou a chegar nesta CPI da Violência Urbana no Brasil e agradecer algumas pessoas que estão aqui presentes, como a Ouvidora-Geral da Defensoria Pública da Bahia, Dra. Anhamona Silva de Brito, a Assessora Parlamentar da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência República, Dra. Regina Dami, e outras companheiras que estão aqui para assistir A esta nossa tarde de trabalho.

Para mim. é um grande prazer estar com meu irmão Marcelo Paixão, de muitas batalhas, desde o desafio de desagregar o IDH neste País e mostrar muitas questões que não conseguíamos evidenciar com outros métodos, por outros caminhos.

No dia de hoje, antes de seguir nesta fala, gostaria de dedicar esta nossa tarde de trabalho a todas as mães do País que, lamentavelmente, nos dias de segunda-feira, seguem uma triste caminhada, muitas delas para enterrar seus filhos. Dei como título a esta nossa conversa *Carta à Mãe de Ricardo Matos*.

Vim a esta CPI com o compromisso de apresentar um relatório, que foi entregue à ONU na segunda-feira, na Bahia, feita pela campanha *Reaja ou será morto! Reaja ou será morta!*, conduzido pela ASFAP — Associação de Amigos e Familiares de Presos e Presas no Estado da Bahia.

A situação para nós é muito grave.

Estamos num país com questões que para nós, Marcelo, é verdade, quando você segue a trilha de dizer tem um impacto na educação, no desemprego, no subemprego, para nós isso tem muito peso, porque estamos num país, onde uma população está sendo massacrada, estamos diante daquilo que diz a Dra. Ana Luiza Pinheiro Flausina no seu livro *Corpo Negro Caído no Chão*. O sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro demarcou como efetivamente um processo de genocídio.



Imaginem que nós levantamos esta situação em 1949 no País na fala de Abdias do Nascimento. E estamos aqui, 60 anos depois, tentando responder à pergunta colocada por Abdias do Nascimento, em 1949, quando ele disse que neste País nascer negro era como cometer o delito da cor. Estamos aqui fazendo uma CPI da Violência Urbana 60 anos depois de levantada esta questão pelo Prof. Abdias do Nascimento, pelo grande ativista Abdias Nascimento.

Pois bem. Em nome da família de Ricardo Matos, artista circense, assassinado na Bahia, no dia 22 de janeiro de 2008, nós, para dar resposta a D. Maria das Dores, 48 anos, mãe de Ricardo, que neste momento está fugindo com todos os membros da sua família, estamos falando de um jovem de 21 anos de idade, artista do Le Cirque, antes artista do Circo Picolino, que foi à Bahia passar férias com sua família, e era somente mais um negro confundido pela Polícia e foi covardemente assassinado pelas forças de segurança na Bahia.

Esta CPI está acontecendo porque o próprio Estado brasileiro não tem mais o que dizer, o próprio Estado brasileiro não tem mais nenhum mecanismo, diante dos fracasso da própria CONSEG, o que dizer a mais de 50% da nossa população, que é a população negra. O Estado não tem o que dizer às mães dos jovens que estão morrendo covardemente com as balas da Polícia e dos grupos paramilitares, tolerados pelo Estado brasileiro. O Estado não tem o que responder. Então, nós precisamos aqui, a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional precisa ser esse viés, precisa ser essa porta que estabeleça algum nível de debate com a sociedade.

Eu venho do CEAFFRO, uma iniciativa de mulheres negras na Universidade Federal da Bahia. No ano de 1996, comecei meu trabalho sobre a ação da Polícia no Estado da Bahia. Foi quando um grupo, que nos últimos 49 anos controlou a política do Estado, enviou seus principais quadros da segurança pública para a cidade de Nova York para serem treinados no chamado Sistema de Tolerância Zero. Ora, imagine se num Estado que manteve 355 anos de escravização oficial nós precisávamos ainda mandar os agentes da segurança pública para Nova York para serem treinados. O Estado brasileiro já é suficientemente treinado para tolerância zero em relação à população negra. Mesmo assim, porque o espetáculo midiático serve para treinar e colocar na cabeça dos oprimidos o discurso dos opressores, desde 1996, as forças políticas que controlavam a Bahia mandaram esses quadros



da segurança pública para a cidade de Nova York para, através do Sr. William Bratton, que seguia a missão nefasta do Prefeito de Nova York, Sr. Rudolph Giuliani, treinar essa Polícia para um suposto sistema de polícia cidadã, política comunitária.

Pois bem, naquele ano, o conjunto de agentes de segurança foi mandado, e como está evidenciado no trabalho de Salles Augusto e de tantos outros Brasil afora, como o Prof. Paul Amar, no Rio de Janeiro, dentro do CESeC e em outras frentes, muitos quadros das polícias do Brasil seguiram para esses treinamentos.

Nos últimos 12 anos, 13 anos, tenho seguido essa trilha de sangue das Polícias no Brasil, e nós temos, através da ação ativa dos movimentos negros, tentado buscar um outro caminho para estabelecer o diálogo na sociedade brasileira.

Esse texto tem o título *Carta à Mãe de Ricardo Matos. Porque Nós Não Nascemos Para Enterrar os Mais Novos*. Eu gostaria que as pessoas presentes nesta audiência vissem as imagens que têm a ver com 3 jovens assassinados na frente da própria mãe, na cidade de Salvador, em junho deste ano. E vejam a imagem da autoridade da segurança pública. É disso que nós estamos falando.

(Segue-se exibição de imagens.)

Estamos falando da casa de uma senhora, invadida no Bairro de Canabrava, em Salvador. Esse aqui é o Secretário de Segurança, e na outra ponta é o Delegado-Chefe da Polícia Civil da Bahia, exibindo as armas, depois do massacre.

Essa é uma imagem da comunidade que foi invadida, como tantas que são invadidas em Recife, em Vitória do Espírito Santo, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul. Não foi à toa que na região de Canoas, no Rio Grande do Sul, a ASPM estabeleceu um diálogo com as mulheres, que não aguentam mais, na Região Metropolitana de Porto Alegre, enterrar os seus filhos. Nós não nascemos para enterrar os mais novos.

Aqui, a imagem da mãe dos 3 jovens, clamando para que a Polícia não executasse seus três filhos.

Aqui, a situação da casa, depois da invasão da Polícia, e naquele carro da Polícia seguem os corpos dos 3 jovens, na frente de toda uma comunidade, na frente de todos os seus vizinhos, de todos os seus parentes, de todos os seus mais velhos, algo que é tão importante dentro da comunidade negra.



Aqui, a Polícia se retirando, depois de nos prestar o serviço de segurança pública.

E aqui, claro, como sempre, o espetáculo que está posto diante da irresponsabilidade das autoridades de comunicação no País, que continuam dando concessão para que televisões, que são verdadeiras poças de sangue, continuem veiculando imagens. Tem programas na Bahia contra os quais, nós do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra, já entramos no Ministério Público. Estamos pedindo a suspensão desses programas, porque esse debate não tem a ver com censura. Num programa de televisão que viola direitos humanos, esse debate não tem a ver com censura. Se pessoas sob custódia do Estado são entregues a jornalistas inescrupulosos, que pegam essas pessoas e as obrigam a dar entrevista, a mostrarem o rosto, naquele momento elas são julgadas, elas são execradas publicamente, e essas pessoas não têm mais qualquer condição de voltar à sociedade.

Pois bem. Na Região Norte do País, está a denúncia colocada em todas as mídias, inclusive com o envolvimento de Parlamentares, da possibilidade de estarem indo inclusive filmar os próprios assassinatos. Na Bahia, existem 2 programas. Chamam-se *Na Mira* e *Se Liga Bocão*. Estão em rede. É meio-dia que esses programas passam, mostrando os buracos de balas nos corpos dos jovens negros. Isso serve para que os outros negros vejam e não se arrisquem a peitar o poder. Isso serve para que toda a comunidade negra veja e entenda que esse Estado tem dono, que esse Estado defende interesses e que interesses não podem ser contrariados. A sociedade é treinada todos os dias nesses programas.

Eu queria voltar aqui ao texto. Esse relatório nós pretendemos deixar aqui, Sr. Deputado. Eu ainda vou ler um texto para esta Comissão. Essa carta é para Dona Maria das Dores, um nome fictício para a mãe de Ricardo Matos, que neste momento foge com toda a sua família e que estava no Programa de Proteção a Testemunhas, mas como essa família foi colocada num hotel, com 5 crianças, o pai e mãe recusaram, claro, deixar que seus filhos assistissem a essas situações. Tem aqui o relato da situação de Ricardo, que é muito importante nós conhecermos, porque ele é emblemático também para a situação de quem está em Brasília Teimosa, no Coc, no Morro da Conceição, no Recife. É emblemático para quem está



no Rio Grande do Sul, porque às vezes as pessoas falam: “*Ora, professora, os negros morrem na Bahia porque são maioria*”. O problema é que, com os dados apresentados aqui pelo Prof. Marcelo Paixão, quando ele mostra que o único lugar onde o quadro se inverteu foi no Paraná, essa tese acaba de ser derrotada. Nós estamos morrendo como subumanos no Brasil afora e contamos com o silêncio de muitos poderes da Justiça no País; contamos com o silêncio das Casas legislativas e contamos com o silêncio covarde dos Poderes Executivos.

O caso Ricardo Matos. Em 22 de janeiro de 2008, na Comunidade de Bate Folha, Boca do Rio, em Salvador, o jovem artista circense Ricardo Matos dos Santos, de 21 anos, foi morto por policiais da 39ª Companhia Independente da Polícia. Os policiais José Roberto dos Santos, Marco Antônio Carvalho Santa Bárbara e Adilson José, todos com 40 anos, foram presos por mandato expedido pelo Juiz Moacyr Pitta Lima.

Segundo investigações do Grupo Especial de Repressão aos Grupos de Extermínio, comandado à época pela delegada de pré-nome Andréa, Ricardo foi morto por engano, pois os policiais acusados pretendiam eliminar todos os outros jovens que cometiam furtos pelas redondezas. Um outro jovem tombou com Ricardo na mesma ocorrência.

Depois houve várias manifestações feitas por familiares, comunidades e membros do Circo Picolino contra execuções arbitrárias e extrajudiciais, entre outras questões. Depois nós voltamos aqui ao texto da vida e da situação em que a família de Ricardo se encontra, porque nós queremos que os membros desta CPI pensem numa solução, porque, neste momento, são os movimentos, é a Campanha Reaja, é a ASFAP — Associação de Familiares e Amigos de Presos que está pagando o aluguel da família de Ricardo, para essa família não morrer.

Então, eu conversei com a mãe de Ricardo.

Prezada senhora, hoje estamos em Brasília, pois assim como o seu filho, covardemente assassinado em Salvador, pela Polícia Militar, sem qualquer chance de defesa, na Bahia, em 2008, outras 33 mil mães em todos os Estados do País, como diz o relatório do UNICEF, recentemente lançado, não vão ver seus filhos completarem 18 anos de idade até 2012 no Brasil afora. E, assim como a sua família, não terão qualquer amparo do Estado para se proteger daqueles que podem



voltar e matar toda a família. Afinal, não há um efetivo e eficaz Programa de Proteção às Testemunhas em nossas terras. Como a sua família, vivem em bairros abandonados pelos Poderes Públicos, que só se fazem presentes pelas forças de segurança; só terão acesso a uma instituição do Estado para retirar o corpo dos seus filhos jovens da pedra do Instituto Médico Legal, que, na Bahia, ironicamente chama-se Nina Rodrigues, o grande baluarte do pensamento de Lombroso.

Senhora, estamos em Brasília na tentativa de denunciar a um Poder a atitude criminosa em meio ao silêncio das demais instituições de Estado que insistem em se manter armadas, um Estado antinegro, antijovens negros, um Estado que montou um esquema de segurança patrimonialista, sectária, e que, em defesa da propriedade, pensa que pode atuar acima da vida e da lei.

Sras. e Srs. Deputados, estou aqui em Brasília, 31 anos depois de 1978, quando o povo negro brasileiro, através do Movimento Negro Unificado, reverberou para a Nação o seu entendimento: *“Todo homem negro preso é um preso político!”*

As nossas feridas ainda estão abertas e doem muito, porque continuamos sendo levados à execração pública com a banalização de nossa vida e a imposição da morte.

Chego para participar desta CPI da Violência Urbana depois de longos diálogos com inúmeros grupos da Bahia, no Encontro Nacional pela Vida e por outro Modelo de Segurança Pública, realizado de 14 a 16 de agosto em Salvador, em contraposição à CONSEG; chego aqui depois de ir ao Seminário Temático de Raça, Gênero e Segurança Pública, em Pernambuco, que preparou uma posição de Pernambuco para a CONSEG; em São Paulo, no Seminário Violência Racial, em 9 de setembro, realizado pelo Instituto Geledés e a *Human Rights*; e mesmo aqui em Brasília, onde temos investido muita energia desde o mês de março, no GT de Enfrentamento à Violência, Sexismo e Lesbofobia, na Secretaria de Política para as Mulheres, que rodou o País, foi a 6 grandes regiões metropolitanas deste País, ouvindo as mulheres sobre o que elas têm enfrentado diante da covardia e do silêncio e diante da mortandade de seus filhos.

Nesses espaços temos empreendido esforços para encontrar soluções para contar a cortina de sangue que devora a vida de milhares de homens e mulheres negras, em sua maioria jovens homens negros. Temos empreendido esforços para



conter o desespero das mães dos assassinados no Brasil afora, diante das balas das forças de segurança, que, para a população negra, têm representado o medo, a humilhação, a dor, feridas abertas, prisões arbitrárias e desproporcionais, o encarceramento desproporcional da população negra ao estatuído na legislação, e a morte. Muitas mortes.

Além disso, friso que esses momentos de discussão em todo o País denotam que o movimento negro conseguiu organizar uma agenda sem controles externos, e que somente, Srs. Deputados, nós podemos conduzir com tal veemência, em que pese a contraposição daqueles que se sentem donos dos saberes e construções que orbitam o tema da segurança pública em nosso País. Hoje podemos afirmar que temos um conteúdo analítico e propositivo acerca do intocável mundo da segurança pública, que se organiza pelo modelo singular do racismo latino-americano, o que nos remete à história da escravização e da pós-escravização.

As mulheres negras, minhas senhoras e meus senhores, vão cotidianamente enterrar os seus filhos.

A minha fala é a de uma ativista do movimento negro que aprendeu com a análise do cotidiano e, principalmente, com a análise científica desse processo secular de resistência. Sei que a nossa resposta para tantas mortes e para tanta violência, que beira a eugenia, precisa perpassar a esfera política: a escolha política dos gestores e a fiscalização e proposição salutar por parte das Casas Legislativas deste País.

Portanto, a partir deste momento, passo aqui, Deputadas e Deputados, a apresentar algumas propostas que levantamos ao longo desses 2 anos em que saímos para conversar com inúmeros movimentos país afora.

Indubitavelmente, sabe-se que não há pauta, não há agenda para nós, negros e negras; não há para nós uma Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Eu sei que a fala é incômoda, este debate não é confortável.

Não há para nós um Ministério da Justiça; não há possibilidade de freio à matança, às execuções sumárias e aos mecanismos para conter a aberração instituída no AI-5, o chamado auto de resistência. Imaginem! A polícia recebe licença para matar por algo que não está sequer no Código Penal Brasileiro — que é a licença para matar, ainda tolerada em pleno Estado Democrático de Direito. É como



nos disse Paulo Sérgio Pinheiro: como o Estado Democrático de Direito pode suportar o que ele chama de zonas de terror nos Poderes Judiciário, Legislativo ou Executivo? E quando o morto é um jovem negro, de periferia, tipo criminalizado, e cuja vida é extirpada apenas com fins de conter a violência com mais violência, escamoteando-se o racismo que está por trás dessas condutas?

A minha fala hoje tem a intenção de fazer com que os jovens negros do COC, de Entra a Pulso, de Brasília Teimosa, do Morro da Conceição, no Recife, da Liberdade, do Nordeste de Amaralina, do Beiru e do Bairro da Paz, em Salvador, parem de ser enterrados pelas suas mães, que sozinhas têm enfrentado isso. Somos as testemunhas de uma geração em que as mulheres negras seguem numa estranha romaria todos os dias para enterrar os seus filhos, impedidos de envelhecer. A esse ritual outros jovens vão como que para saber como será seu futuro.

Temos a intenção, ainda, de interceptar o caminho daqueles que apostam numa perspectiva que avanta produzir as 33 mil mortes projetadas nos estudos divulgados pelo UNICEF, até 2012. Estamos aqui para não irmos aos enterros desses jovens. Queremos promover um diálogo sobre a segurança pública e mais conversas sobre nossas experiências com o Estado, principalmente acerca da forma como ele nos aborda e traça ações de dizimação, que se revela em 5 grandes problemas.

A primeira questão para nós debatermos nesta CPI, juntamente com todas as contribuições aqui trazidas pelo Prof. Marcelo Paixão: insegurança nos bairros, homicídios em bairros abandonados pelo Poder Público. Não é possível, Sras. e Srs. Deputados, pensarmos em conter essa cortina de sangue da violência urbana no Brasil se não pensarmos primeiro no abandono dos bairros onde estão morrendo as vítimas dessa política, que para nós não é possível. Em relação ao tráfico de drogas, aí é que é depositada essa conta, é colocada a responsabilidade; é nessa conta em que são colocadas as mortes.

Estou vendo aqui algumas pessoas que temos acompanhado, vemos a coerência com que têm feito esse debate, como o Deputado Biscaia. Nós sabemos que outros Parlamentares, quando eram Parlamentares, como o Marcos Rolim, ao fazer o seu livro *A Síndrome da Rainha Vermelha — Policiamento e Segurança*



Pública no Século XXI, mostraram para o Brasil as outras alternativas que o País criou, experiências que poderiam ter sido levadas à frente e que foram sistematicamente abandonadas pelo Poder Público, abandonadas pelo Estado brasileiro. Portanto, estamos aqui nos confrontando com as nossas próprias idiossincrasias.

Sabemos do esforço do Prof. Ignácio Cano e de tantos outros dentro do processo de constituição do CESEC e de outros espaços para oferecer alternativas porque nós sabemos, os seres humanos acuados, nossa experiência, a experiência humana não é das pessoas viverem acuadas. Nós não podemos produzir um Estado que tenha pessoas com medo e pessoas certas de que elas podem produzir o medo.

A segunda questão, portanto, passa pelo tráfico de drogas. Há dados que apontam para ser este 85% o fator responsável pelas mortes violentas atualmente em nossas cidades. Debateremos mais isso à frente.

O mau atendimento nos serviços de segurança, particularmente nas delegacias, e no serviço prestado pelas polícias, por todas as polícias existentes no País. De que nós estamos falando? Atualmente em nossas cidades, quanto a esse atendimento, esse serviço de segurança pública, há um completo descompasso entre o serviço prestado e a satisfação da população. Não há prestação de contas nem medidas de controle dos serviços, observando graus de satisfação, respostas das demandas apresentadas. A ausência de base de dados nos serviços tem relação direta com a baixa eficiência na prestação de serviços. E, para além disso, dialoga com a crença dos serviços de segurança da não responsabilidade em responder ao conjunto da sociedade, mas aos segmentos da elite, que sempre demandaram e controlam suas agendas de trabalho e pela influência que têm sobre o Poder Executivo.

E as implicações do Executivo na condução dessas políticas, como ficou evidenciando no trabalho da Profa. Tereza Lemos Nelson, no Recife, ao investigar a Polícia Civil da Bahia.

Para terminar, Srs. e Sras. Deputadas, a quarta questão que trago para reflexão aqui tem a ver com o sistema prisional do nosso País.

Estou concluindo, Deputado.



Paralela a essa situação, o avanço da ideia de um complexo prisional privado, lucrativo. Estamos falando, portanto, de uma população de quase meio milhão de pessoas encarceradas. Estamos diante de uma situação em que desse quase meio milhão das pessoas encarceradas, 40% delas, estão cumprindo pena sem serem julgadas. Podemos tratar como exemplo emblemático a situação de Vitória, do Espírito Santo, recentemente monitorada pelo próprio Ministério da Justiça, assim como na Bahia, onde parte da população encarcerada está vivendo em contêineres, simplesmente numa situação inaceitável, inaceitável! Portanto, estamos falando de uma população que passa... Nós precisamos mexer na elite que maneja a política prisional no País.

A quinta questão que trago nesta nossa conversa tem a ver com a corrupção nas forças de segurança, onde falta investimento, falta Inteligência. E nós sabemos que, diferente de uma conversa que está posta de forma tão violenta no PRONASCI, que os Estados têm sido controlados por uma lógica de segurança pública e não de cidadania. É como nós estamos assistindo na Bahia, onde, no dia 25 de julho foi instalado no Bairro do Beiru, considerado o bairro mais criminalizado da cidade de Salvador, onde as mulheres estão sendo tratadas com X-9, onde as mulheres, as chamadas Mulheres da Paz, que antes, um absurdo maior, eram chamadas de Mães da Paz, essas mulheres têm passado por situações muito complicadas. Porque o Poder Público lança seu projetos e vai-se embora; e as mulheres ficam na comunidade para enfrentar a linha de fogo e, depois, enfrentar a linha de sangue e enterrar os seus filhos.

Portanto, utilizando... É preciso aumentar... Essa conversa, portanto, que está posta lá. Nós sabemos que vão além de aumentar efetivos, construir prisões, comprar armamentos, essas questões. É a agenda de segurança que nós queremos debater no PRONASCI, pela afirmação da cidadania, dado que toda a cultura interna das corporações dialoga com o legado das ditaduras, do racismo como *modus operandi*, firmada por um modelo patrimonialista, sem vínculo com a defesa da vida, um modelo sectário e guerreiro, como nos lembram Hélio Bicudo e Ignácio Cano.

Utilizando da produção acadêmica que as representações do Estado gostam de validar em suas ações, verifiquei em minucioso estudo que construí desde 1996 e por fim na minha dissertação de mestrado, em 2005, quando entrevistei os coronéis



que comandam a Polícia Militar do Estado da Bahia, que as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador, que analisei entre 1991 e 2001 e as representações de gestores da polícia da Bahia, que foi o centro dessa pesquisa, elas evidenciaram que é preciso compreender os desdobramentos das ações da polícia e dos grupos criminosos tolerados pelo Estado que têm tido na vida de jovens homens negros, resultado em muitas mortes prematuras, criminalização dos que não morreram, em mecanismos de filtro racial e na aplicação de um modelo policial supostamente de forma equivocada, chamada de polícia comunitária.

É isso que também é o diálogo feito em Minas Gerais; esse também é o diálogo feito em muitas regiões metropolitanas do País — só que tem sido insuficiente.

Portanto, acompanhando essas ações eu gostaria de dizer que dos 1.307 assassinatos em Salvador, em 2007, 96% das vítimas são de homens negros com idade até 30 anos. Isso também é evidenciado no trabalho do Observatório Negro, em Pernambuco, evidenciado no relatório do Geledés agora no ano de 2009, na cidade de São Paulo, e evidenciado no trabalho de Ignácio em Vitória, no Espírito Santo. Portanto, quando nós giramos o País, o que está evidenciado no trabalho de Reginete Bispo no Rio Grande do Sul, isso mostra para a gente que nós precisamos trilhar um outro caminho. Portanto, a pergunta que nós fazemos ao Governador da Bahia, ao Governador Jaques Wagner, ao Governador Sérgio Cabral, do Rio de Janeiro, que disse que era preciso esterilizar as mulheres porque elas estavam produzindo, porque elas eram fábricas de bandidos... O que temos a perguntar? A intolerância imposta que *Carta Capital* evidenciou com as 483 mortes de maio de 2006 na cidade de São Paulo, colocadas no PCC, colocadas na conta do tráfico. O que temos a dizer ao Movimento das Mães de Maio de 2006 na cidade de São Paulo? O que vamos responder? o que nós vamos responder às mulheres do Entorno de Brasília?

Portanto, lutamos por mudanças na Bahia e no Brasil, onde historicamente a minoria vem desenvolvendo uma cultura violenta de controle racial, imputado a uma maioria negra, em todas as instituições, buscando-se dominar tudo e a todos sob o império do racismo institucional que estrutura todas as relações nos poderes públicos. Desse modo, os brancos poderosos definem o lugar do negro e do branco



e recorrem ao braço armado do Estado para manter a maioria negra em seu lugar: o território da subserviência que nunca aceitamos. Um caso emblemático é o do jovem Djair, que está aqui na revista *Carta Capital* de 6 e fevereiro de 2008: um jovem de 16 anos assassinado; e, quando a sua mãe e a sua tia foram para a frente das armas da Polícia, sua tia também foi baleada. A própria Polícia assumiu essa morte. Mas os laudos eu gostaria que os Deputados desta CPI pedissem ao Secretário César Nunes, da Bahia. Quero que ele apresente o resultado desse laudo da morte de Djair, que deu essa capa, essa triste capa da revista *Carta Capital* a Salvador: *Salvador, a revolta da periferia*.

Pois bem, senhores e senhoras, eu gostaria de terminar dizendo que a negritude de Djair, a negritude do jovem do Circo Picolino, Ricardo Matos, a negritude dos homens e mulheres negros humilhados e aterrorizados neste País, em suas comunidades, está em cada um de nós, porque a linha que separa cada pessoa negra da possibilidade de ser assassinada pelas polícias no Brasil é muito tênue. Não queremos mais seminários para diagnosticar o óbvio nem apenas cursos inócuos de formação em direitos humanos para policiais. Governadores, Deputados, Poder Judiciário deste País, os senhores precisam convocar os Secretários de Segurança Pública, os responsáveis pela condução dessas políticas, para instituir um diálogo verdadeiro com a sociedade civil negra, para buscar políticas públicas que se contraponham radicalmente à atual política de extermínio! É responsabilidade dos governantes vir a público e declarar, de forma inequívoca, que o Governo não vai mais tolerar o assassinato da população negra, não vai mais aceitar o disparo de balas em ato de misericórdia, não vai mais admitir as lágrimas das mulheres e famílias negras pelo aniquilamento de seus filhos, maridos e irmãos apenas por serem negros.

Só assim acreditaremos em direitos humanos. Não é possível direitos humanos sem raça, sem gênero, sem direitos sexuais, sem pertencimento territorial, sem a possibilidade de carregarmos a nossa diversidade religiosa, sem carregarmos a possibilidade de uma sociedade que se afirme pela pluralidade. A intolerância racial no País é o que faz milhares de jovens tombarem todos os anos.

Pois bem, para nós, Sras. e Srs. Deputados, não há política de comunicação e de respeito no âmbito do Brasil, dada a tolerância total dos Poderes Públicos



constituídos ao negligenciarem e admitirem, com suas condutas, a veiculação de programas que apelam e atropelam os direitos de quem está sob a custódia do Estado.

Por fim, gostaria somente de dizer que aprendemos com o longo caminho feito pelo movimento negro desde 1978, desde a campanha de 1991 (*Não matem nossas crianças*). A reação organizada se daria com o próprio legado dos intelectuais da descolonização: Abdias do Nascimento, Lélia Gonzales e vozes recentes, como Ana Luiza Flausina e tantas outras. Que essas considerações tragam apreciação e reflexão coletiva com o intuito de promover a adoção de medidas políticas e administrativas que garantam as nossas vidas e que nos respeitem como cidadãos e cidadãs deste País.

Nós não vamos morrer em silêncio! A nossa vinda aqui, Sras. e Srs. Deputados, é para dizer que nós não vamos morrer em silêncio. O relatório da campanha *Reaja ou será morto, reaja ou será morta* vai ficar aqui à disposição de cada Parlamentar. O esforço feito pelos ativistas desta campanha, pelos articuladores, pelas mulheres que lutam para que os seus companheiros, pelos homens que lutam para que suas famílias não tombem humilhadas pelo racismo é o que nos trouxe aqui hoje.

Deputado Luiz Alberto, muito obrigada pela sua coragem. E aos Deputados que estão aqui, às Deputadas que estão aqui. Principalmente falo com as pessoas que, dentro das suas comunidades, não vivenciam a dor que nós estamos vivendo. Para nós, escrever dissertação e tese não é ter mais um título. Nós temos usado o nosso trabalho para amplificar as vozes da mulher que, ao chegar ao Instituto Médico Legal para tirar seu filho, ainda é vilipendiada pelas autoridades que estão lá, porque ela quer enterrar seu filho como uma pessoa honrada — e para aquelas pessoas que estão lá ela está indo somente para retirar mais um corpo de bandido. Os meninos que estão morrendo estão perdendo em média 44 anos de vida. Os meninos que estão morrendo têm mãe, têm filhos, têm companheiras; eles teriam toda uma vida pela frente. Como nos disse Malcolm X, todos os dias...

Hélio Santos perguntou por que a gente não tem um Nobel ainda no Brasil. Ele nos respondeu que é porque o Brasil seleciona um único grupo racial, que é o grupo branco. Nós, no Brasil, todos os dias, temos jogado inúmeros nobéis nas valas



das balas dos tiros de misericórdia. É verdade. Nem o Oscar nem o Nobel, porque esses nós temos jogado dos morros do Rio, nós temos jogado na maré de Recife, temos jogado em toda parte.

Muito obrigada. Vida longa a quem teve a ideia desta CPI! Nós voltaremos, se assim for necessário. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Dra. Vilma.

Antes de dar sequência à nossa audiência, registro a presença do Dr. Marcelo e da Dra. Vilma. Desde o primeiro momento, nós acolhemos o requerimento do Deputado Luiz Alberto e da Deputada Iriny, porque sabíamos da importância deste nosso encontro. Tenham a certeza de a presença de vocês aqui hoje qualifica sobremaneira este debate. Vamos ter a oportunidade de poder aprofundar agora no debate várias questões que foram aqui apresentadas por vocês.

Antes de dar início aos debates, para que não sejamos atropelados pela Ordem do Dia, temos a necessidade de aprovação do requerimento... Todos os senhores e senhoras estão acompanhando — a Dra. Vilma há pouco fez referência — a gravidade que o País vive em Manaus nos últimos dias.

Coloco em apreciação o Requerimento nº 5.009, de autoria deste Relator, para que, *“nos termos regimentais, seja realizada diligência na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, para tomar depoimentos, informações e indiciar testemunhas nos termos abaixo”*.

Portanto, nós estamos propondo a presença do trabalho da CPI em Manaus a fim de investigarmos e identificarmos a gravidade dos acontecimentos que estão lá ocorrendo, em face da urgência de uma ação de respaldo às famílias das pessoas assassinadas, ao Ministério Público e ao próprio Poder Judiciário. A Deputada Vanessa Grazziotin tem acompanhado muito de perto esse assunto e já tinha alertado esta Comissão para a gravidade do problema. Nós estamos aqui formalizando o requerimento para podermos tomar as medidas administrativas necessárias para a transferência da presença desta Comissão para o Estado de Amazonas, para a cidade de Manaus.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Sr. Presidente, em 30 segundos, quero parabenizar a Comissão.



Eu acompanhei a grande maioria das audiências, com diversas pessoas e autoridades — e, quando falo autoridade, refiro-me às pessoas que conhecem o assunto, e não a autoridades que ocupam cargos.

Parabenizo a Dra. Vilma pela paixão que a gente sente da senhora que milita desde os primórdios. Mas da sua vida pessoal e profissional a senhora nos transfere isto, essa paixão de dentro, que vem da alma da senhora, por esta causa importante que faz parte do País.

Só para dar exemplo da importância da visita. Na CPI do Sistema Carcerário, quando a gente fez visitas externas, estas foram muito importantes, não só para dar apoio e aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado, portanto, o requerimento para que a Comissão se faça presente na cidade de Manaus.

Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - É, nobre Deputado que dirige a sessão, estou de pleno acordo com a ida. Acho que ela é fundamental, é importante até para ajudar as autoridades locais na resolução do problema. Penso que a ida da CPI será muito proveitosa, muito importante. Percebo que, de fato, na cidade de Manaus, as autoridades policiais e judiciais estão procurando enfrentar um problema que não é um problema isolado, pelo que nós sabemos, mas que é um problema que se repete em todas as cidades brasileiras.

Eu só estou inscrita para falar depois debater aqui o tema do nosso debate, mas antes eu só queria, nobre Deputado, pedir que na próxima reunião pudéssemos pautar pelo menos os requerimentos não polêmicos. Há um requerimento de minha autoria, por exemplo, que trata de um assassinato muito grave: um padre italiano foi assassinado dentro de uma paróquia na cidade de Manaus, recentemente. Então, nós precisamos aprová-lo. Então, que na próxima sessão, nobre Deputado, possamos pautar esses requerimentos. E vamos dialogar sobre o que não é polêmico para poder dar vazão a todos os assuntos que chegam a esta CPI.

Obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Perfeitamente. Agradeço a sugestão da colega.

Portanto, está aprovado o requerimento que autoriza a presença da Comissão em Manaus.

Vamos passar, então, imediatamente para os debates.

Com a palavra, o ilustre Deputado representante do Estado da Bahia, um dos signatários do requerimento que proporcionou a audiência pública de hoje, ilustre Deputado Luiz Alberto.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, primeiro, Sr. Presidente, quero dizer que eu tinha certeza das contribuições que o Prof. Marcelo Paixão, a Profa. Vilma Reis trariam para esta CPI, mesmo num dia como hoje, um dia que não é tão diferente dos anteriores, mas muito mais atribulado com a presença hoje.. Nós temos, além desta audiência pública, uma audiência pública ao lado que discute o Dia Nacional da Mobilização de Saúde da População Negra, que é uma audiência pública proposta pela Deputada de São Paulo, Janete Pietá, com a presença do Ministro Edson Santos, do Ministro José Gomes Temporão, da Ministra Nilcéa Freire e da Dra. Jurema Werneck, além de termos hoje aqui em Brasília diversas mobilizações, como a Marcha das Centrais pelas 40 horas, do Movimento dos Sem Terra pela reforma agrária, dos trabalhadores de agentes de saúde que estão aqui em Brasília, dos debates do Pré-Sal, enfim. No entanto, a presença de alguns Parlamentares, como a da Deputada Vanessa Grazziotin e a de outros Parlamentares que estão aqui, demonstra a importância desta audiência e da presença do Prof. Marcelo Paixão e da Profa. Vilma Reis. Portanto, nós — eu e a Deputada Iriny Lopes — propusemos esta audiência pública.

Os dados apresentados pelo Prof. Marcelo Paixão demonstram a gravidade da situação. Não é só mais um diagnóstico que esta Comissão recebe; aliás, insistentemente, em todas as audiências públicas, nós estamos aqui repetindo: já temos todos os diagnósticos. Esta Comissão, que foi instituída, tem um papel para além de receber diagnósticos. Os dados e as falas da nossa Profa. Vilma Reis também demonstram isso.



O País constata. É preciso se discutir. Essa Comissão não pode mais só apresentar sugestões para combater a violência em nosso País. É preciso discutir além disso: discutir um modelo de segurança pública que dialogue com o que comumente se chama de Estado Democrático de Direito. Não é possível este País insistir num modelo de segurança pública em que essa segurança pública trata mais da metade de sua população, conforme foi apresentado aqui, com o estereótipo, com a precaução de que são marginais.

Ali, como o Prof. Marcelo Paixão mostrou, alguns, ou todos os dados, todos... Eu não entendi. Quero, inclusive, que ele comente aquele ponto fora da curva em relação ao Paraná, porque é verdade que o discurso de que a maioria dos jovens negros que são vítimas são oriundos de Estados de maioria negra. Esse dado, esse elemento foi desmontado ali com aqueles dados — não é?

Sobre esse ponto fora da curva é que eu gostaria que o Dr. Marcelo Paixão pudesse talvez explicar: por que esse ponto está fora da curva no Paraná? E demonstrar que esse não é um fenômeno específico de um ou outro Estado, em que pese esses dados estarem aí demonstrados, como o da probabilidade de um jovem negro estar mais exposto a ser vítima de homicídio do que um jovem branco. Alguns Estados como Paraíba e Pernambuco, que ultrapassam 1.000% — ouviu, Prof. Marcelo? Eu queria talvez que V.Sa. tentasse, naquele dado que apresentou, dizer por que o Paraná é o ponto fora da curva ali, que explicação V.Sa. teria para isso.

Então, acho que esses elementos demonstram — e eu não tinha a menor dúvida — de que esta audiência pública iria contribuir muito para a CPI. Primeiro porque trabalha com um elemento que, invariavelmente, esta Casa e o País, de alguma forma, desconsidera, que é a questão do racismo como elemento motor de inviabilização de políticas públicas ou até do impedimento de construção delas. Portanto, acho que esse é um elemento importante.

Hoje pela manhã estava numa reunião no INCRA. E na discussão no INCRA se colocava o seguinte. No dia 20 de novembro deste mês agora, que é o Dia Nacional da Consciência Negra, o Presidente Lula estará na Bahia assinando um decreto, titulando cerca de 30 comunidades remanescentes de quilombos. E, entre essas 30, uma foi retirada. E fomos ao INCRA exatamente saber por que essa foi retirada. Ora, uma comunidade negra quilombola chamada Invernada dos Negros, lá



em Santa Catarina. Ela simplesmente — aliás, isso foi dito pelo próprio INCRA, que é o relatório mais completo, mais preciso que foi produzido até então, do ponto de vista do direito dessa comunidade.

Ela foi retirada, Prof. Marcelo Paixão, Profa. Vilma, porque membros da bancada ruralista, pressionando o Governo, insistem em retirar essa comunidade do decreto que vai titular aquelas terras.

Eu estou dando esse exemplo para demonstrar como nesta questão das relações raciais no Brasil ainda não há elemento central no debate das políticas públicas aqui na Casa Legislativa, Câmara dos Deputados e Senado da República.

Todos acompanharam o debate do Estatuto da Igualdade Racial que ocorreu aqui nesta Casa, e viram como setores do Parlamento, representando interesses de setores da sociedade brasileira, tentaram inviabilizar o que puderam, retirar o máximo que puderam para que esse Estatuto, em sendo aprovado, implicasse cada vez menos combate às desigualdades ou, diferente, mantivesse ainda privilégios de uma elite política, principalmente essa elite dos grandes proprietários rurais.

Então, a incidência, que esses dados demonstram, de que o racismo é o elemento motor, indutor da violação dos direitos, da violência no nosso País, não podem ser desconsiderados. Em qualquer hipótese, para se apresentar, ao final dos trabalhos da CPI, propostas, não só aquelas pontuais, propostas de agravar penas, de construir mais presídios de segurança máxima, sem trabalhar elementos que foram apresentados aqui... O Sr. Marcelo Paixão, quando vincula os dados dos homicídios que incidem sobre jovens negros e, ao mesmo tempo, apresenta a tabulação desses jovens, seu acesso à educação, ao mercado de trabalho, demonstra que aí há uma espécie de diálogo entre a exclusão e a violência que incide sobre esses jovens.

Aqui, recentemente, houve uma audiência pública em que se tratou da questão das drogas, do *crack*, que é uma droga que todos classificaram aqui — e é verdade — como a droga dos pobres, que atinge principalmente jovens negros que estão excluídos socialmente, absolutamente, na nossa sociedade. Então, são combinações que demonstram a gravidade da situação. É uma situação extremamente grave. E nós não podemos, de alguma forma, pactuar com isso.



Eu apresentei aqui 3 requerimentos. Espero que ainda tenhamos tempo de aprová-los. Porque de 3 CPIs que foram instaladas, e concluídos os seus trabalhos, aqui na Casa, Dra. Vilma, uma foi a CPI que investigou os grupos de extermínio no Nordeste. E ali vai se demonstrar, se não no País inteiro, mas pelo menos aquilo que talvez fosse, com a conclusão do relatório, representativo do resto do País: o envolvimento de autoridades policiais, autoridades públicas em grupos de extermínio no Nordeste brasileiro.

Ali está tudo relatado, na CPI. Então eu peço, no meu requerimento, nos 3 requerimentos, o depoimento do Deputado Luiz Couto, que foi o Relator da CPI dos Grupos de Extermínio no Nordeste, da Deputada Federal Maria do Rosário, que foi relatora da CPI Mista da Exploração Sexual de Menores, e do Deputado Moroni Torgan, que foi relator da CPI do Narcotráfico, para que esta CPI possa, a partir daquelas conclusões, receber elementos importantes para o seu Relatório. E observem bem: todos os dados apresentados aqui pelo Prof. Marcelo Paixão e pela Profa. Vilma Reis são dados coletados por instituições públicas. O que nos deixa, pelo menos a mim, preocupados é que, em sendo coletados pela Administração, pelo Poder Público, não gerem, em determinado momento, propostas de políticas para combater esta situação. Portanto, eu acredito, Sr. Relator-Substituto, que essas contribuições nos valerão muito para que esta CPI possa discutir elementos apresentados aqui.

A questão do Auto de Resistência. O Rio de Janeiro, pelo que eu sei, está discutindo isso, ou seja, tentando impedir que Auto da Resistência seja utilizado para justificar execuções de policiais contra cidadãos.

E tem um debate que esta Casa está fazendo. Foi instalada uma comissão especial que vai analisar a PEC 300, que trata da questão da equiparação salarial de policiais militares e bombeiros do Brasil inteiro com Brasília. Eu acho que a questão salarial e a qualificação dos policiais é uma coisa muito importante. Mas não basta só isso. Não basta simplesmente equiparar salários dos policiais, se não insistirmos em construir uma polícia de acordo com o Estado Democrático de Direito. Policiais que são formados e que vão às ruas com a ideia de que cidadãos negros e jovens são potencialmente marginais, explica, inclusive, situações que não são



pontuais, de cidadão negros que são assassinados porque a polícia imaginou que eles fossem bandidos. Aqui, recentemente, um caso desses foi relatado.

Portanto, eu encerro, reforçando a ideia de que esta CPI não pode, ao final, apresentar um relatório fazendo sugestões, simplesmente, sugestões pontuais, de mudança da legislação aqui, ali e acolá. Tem que apresentar nesse debate uma proposta de modelo de segurança pública. E acho, já disse aqui, Deputado Itagiba, numa última audiência pública, que eu acho que, ao contrário da tendência, que é de se... Alguns defendem até a municipalização das polícias. Eu vou no caminho contrário. Acho que o aparelho policial tem que vir para serem federalizados, sob o controle da União. Isso, na minha opinião, pode ser explicado, inclusive por que as polícias militares, que estão sob o comando dos Governadores dos Estados, agem diferente.

Não diria que a Polícia Federal seja a polícia melhor do mundo. Mas, do ponto de vista dessa ideia de violação sistemática dos direitos humanos, ela tem um perfil diferenciado. Isso explica não só por que à Polícia Federal lhe é exigido nível superior. Não acredito que seja esse o elemento que explique, até porque outros podem ser agregados. Melhor salário, melhor formação, controle unificado, ação unificada, inteligência, enfim, um conjunto de fatores que podem explicar esse diferencial entre a polícia que é federal e as polícias que são estadualizadas. Portanto, eu acho que essa tendência de municipalização, de dar poder de polícia às guardas municipais, me parece que isso agravaria, mais ainda, a situação de violação dos direitos praticados por órgãos do Estado.

Portanto, eu quero agradecer e parabenizar a presença da Profa. Vilma Reis e a do Prof. Marcelo Paixão. Esta audiência pública até fizemos aqui sem combinar com a Deputada Iriny Lopes, mas que nós pensamos exatamente na mesma direção quando convidamos a Profa. Vilma Reis para esta audiência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Tenório) - Dando continuidade aos inscritos, Deputada Vanessa Grazziotin. *(Pausa.)*

Ausente em plenário.

Convidamos o Deputado Marcelo Itagiba.



O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Sr. Presidente, eu não tive a oportunidade de ouvir as falas, mas trago o que eu chamo de uma experiência de campo, atuando tanto na Polícia Federal, como na condição de Secretário. Não resta a menor dúvida de que, quando se busca o confronto com a criminalidade, esse confronto sempre se dá nas áreas mais pobres das grandes cidades. Ou seja, há uma tendência natural dos governantes de tirar do cenário principal e jogar para um cenário periférico o chamado combate à criminalidade, que é uma atuação de forma equivocada, porque, na verdade, esse aspecto criminal se encontra na cidade como um todo.

A primeira vítima da violência praticada pelos grupos criminosos armados são justamente as comunidades mais carentes e mais necessitadas, porque são aquelas que têm não só as suas carências pessoais, no que diz respeito à obtenção de recursos para a subsistência, mas também são as mais carentes da presença do Estado no oferecimento de serviços públicos de qualidade. Uma coisa que tem me causado bastante estranheza e todo mundo tem de alguma forma colocado essa questão de que a política do confronto pelo confronto, dissociada de outras questões que são fundamentais no combate à criminalidade, é uma política que dá resultado. E é o que eu tenho ouvido, infelizmente, no meu Estado, que a política de segurança pública é a política do confronto. Eu acho que ela não tem que ser a política do confronto. Ela tem de ser a política da localização e da prisão dos criminosos.

Durante determinado período, nós buscamos identificar aqueles que, por sua vez, lideravam grupos e facções e procuramos prendê-los. Usamos uma política da premiação, não como Governos anteriores fizeram, com a chamada gratificação faroeste, que foi extinta inclusive no nosso Governo, para premiar o policial que apreendesse armas nas mãos dos criminosos e que fizesse o maior número de prisões.

Então, pasmem os senhores: o atual Governo, comparado com o Governo anterior, segundo matéria publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, do dia 25 próximo passado, demonstrou que a atual política da chamada política do confronto apreendeu menos armas, fez menos prisões, aumentou em mais de 160% o número de roubos e assaltos a transeuntes, aumentou o roubo no interior de veículos e uma causa que me preocupa ainda mais, porque eles usam isso como uma



demonstração de sucesso de política: aumentaram os autos de resistência. E vejo todo mundo silente, todo mundo calado, todo mundo cooptado, todo mundo integrado a esse discurso, principalmente no meu Estado. Vejo uma chamada aprovação ao que parece de alguns meios de comunicação a esse tipo de ação.

Vou lançar algo aqui que me parece que precisa ser profundamente investigado por esta Comissão — e quero ouvir o Marcelo Paixão, porque tenho certeza de que ele deve ter se detido sobre esse dado. Alegam eles que reduziram os números de homicídio de 17 mil para 15 mil no período de 3 anos, mas, estranhamente, praticamente quase triplicou o número de encontros de cadáver sem *causa mortis* determinada. Ou seja, não se estabelece na contabilidade da morte se a morte foi natural ou violenta, como se posteriormente com a chegada desses corpos ao Instituto Médico Legal não se tivesse como identificar a *causa mortis* e, depois, lançar na estatística a causa verdadeira, fazendo a adequação da estatística.

Eu acho que esta Comissão precisa se deter sobre essa questão, porque no meu período já era alto o encontro de cadáver. Eu, pelo menos eu achava altíssimo, em torno de mil. Hoje, parece-me, são mais de 2.500 encontros de cadáver, o que demonstra que essa contabilidade é fácil de fazer: diminuiu o número de homicídio, aumentou o número de pessoas desaparecidas e aumentou o número de encontro de cadáver sem causa de morte determinada. Obviamente, são pessoas que normalmente não têm vozes que por elas falem para cobrar o que aconteceu com esses desaparecimentos e com essas mortes que não tiveram determinada a causa. Então, se não se determinou, a causa existe uma incompetência do serviço público em prestar esse tipo de serviço à população.

Sou daqueles que reconheço o drama pelo qual passou a população negra no mundo, não apenas no Brasil, até porque faço parte de um povo também perseguido através da sua história, que é o povo judeu. Mas eu acho que os males não estão apenas unicamente incrustados numa determinada cor de pele. Na verdade, o que nós vemos hoje é o extermínio dos menos afortunados, independentemente da cor da pele, daqueles que residem e moram nas áreas mais pobres e mais carentes, que, primeiro, se submetem ao tráfico; depois, submetem-se às milícias, submetem-se a um poder do Estado, porque não têm outra alternativa.



Então, eu acho que seria importante que nós investigássemos esta questão: o porquê da incompetência, da incapacidade, da má gestão do processo de segurança pública no meu Estado e o porquê do mascaramento da morte dos menos afortunados e daqueles que integram uma população de cor negra.

Essa era a manifestação que eu gostaria de fazer e gostaria, se fosse possível, de ouvir do Coordenador Marcelo Paixão algo a respeito dessa posição, até porque eu sinto que todos aqueles organismos, que no passado tinham voz ativa e que faziam a diferença, porque permitiam uma reflexão e permitiam inclusive uma verificação do que estava sendo feito, hoje estão inteiramente cooptadas pelo poder estatal e não mais defendem aqueles que uma vez eles defenderam. Passaram a ser sócios do poder, principalmente na percepção de recursos que esses poderes dão a essas organizações, para que elas possam realizar os seus trabalhos, desde que não contestem o poder constituído.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Tenório) - Deputado Marcelo Itagiba, antes de passar para a Deputada Iriny Lopes, quero dizer que uma frase de V.Exa. me chama muito a atenção: *“Diminui o número de homicídios no Rio de Janeiro e aumenta o número de achados de cadáveres sem causa de morte definida”*. Isso para mim não é apenas um dado a mais, é uma denúncia.

E, como denúncia, eu acho que esta Comissão deverá convocar alguém responsável por isso para explicar, porque o achado de cadáveres tem uma definição de morte — ele pode não estar sendo devidamente periciado —, e geralmente é homicídio. Então, é preciso que se cobre a perícia desses achados de cadáver para se entrar na devida estatística, se é homicídio, se foi morte natural, se foi um acidente, um afogamento.

Isso é fundamentalmente importante, e eu deixo aqui para a reflexão desta Comissão, como também vou levar esse pronunciamento de V.Exa. à Comissão de Segurança Pública para fazer essa solicitação de esclarecimento ao Estado do Rio de Janeiro, basicamente ao Secretário de Segurança Pública, Dr. José Mariano Beltrame.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Agradeço a V.Exa. a manifestação, e V.Exa. pode ter como denúncia. E essa denúncia não é uma



denúncia no ar. É uma denúncia com dados estatísticos da própria Secretaria de Segurança Pública, e basta verificar, primeiro, se houve aumento dos autos de resistência; segundo, se houve aumento no encontro de cadáveres; terceiro, se houve, por sua vez também, um aumento de desaparecidos. E, a partir do momento em que se monta essa equação, nós vamos verificar o que se pratica. Aliás, isso ficou muito patente recentemente, quando mataram 3 jovens, se eu não me engano, em uma determinada operação policial, e a primeira coisa que as autoridades constituídas disseram foi que os 3 mortos faziam parte de uma quadrilha que iria tomar uma outra comunidade num confronto com a quadrilha, até que a família se manifestou e demonstrou que os jovens não eram assassinos, e o Governo teve de voltar atrás. Ou seja, os jovens foram exterminados, não pelas forças policiais, mas por bandidos, mas a Polícia, sem fazer uma determinada investigação, as autoridades públicas incluíram logo esses entre aqueles que faziam parte do grupo criminoso que confrontava com outro grupo criminoso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Deputada Iriny Lopes.

A SRA. DEPUTADA IRINY LOPES - Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas aqui da Comissão, Dra. Vilma, Prof. Marcelo, boa tarde.

Faço questão de justificar o meu atraso aqui, até porque fui uma das proponentes desta audiência pública. Hoje nós concluímos a votação de 2 projetos importantes do novo marco regulatório do pré-sal, e eu atuava em uma das Comissões como membro titular e, em outra, como membro da bancada do Espírito Santo, que tinha interesse direto naquela matéria.

Agradeço aos nossos convidados, em especial, à Dra. Vilma, a presença nesta audiência hoje.

Eu gostaria de abordar essa questão aqui, que é o tema do nosso debate, buscando aprofundar alguns aspectos que, como militante de direitos humanos, me chamam muito a atenção.

Em primeiro lugar, esta Casa — e eu acho que esta Comissão tem condições de contribuir nisso, esta CPI — precisa melhorar a sua compreensão e o seu modelo de atuação no que tange à violência, sempre levando em consideração que não se trata aqui de discutir apenas as corporações ou os operadores do sistema de justiça e segurança pública, mas, em especial, diversas questões sociológicas, históricas



do nosso País, que “naturalizam” — entre aspas — determinados procedimentos, dos quais podemos encontrar os resultados danosos quando nos debruçamos sobre as estatísticas da violência, em especial da violência urbana.

Primeiro, eu acho que assim, com bastante tranquilidade — e não há demérito nisso, pelo contrário, eu acho que há mérito em entender que os índices de violência que resultam em morte no Brasil são superiores a países que, reconhecidamente, pela Organização das Nações Unidas, encontram-se em guerra. Isso é um patamar para mim fundamental, esse reconhecimento. Por quê? Porque para além das cobranças, naturais e legítimas das responsabilidades, nós precisamos ter — e, em especial, nós que estamos aqui no Parlamento —, nós precisamos contribuir com ações que venham a reduzir sensível e estavelmente o número de mortos no Brasil e, em especial, quando as estatísticas são inequívocas: jovens, do sexo masculino predominantemente, e predominantemente negros.

Quando o Deputado Marcelo Itagiba, nosso colega, identifica que a repercussão da violência não se trata exclusivamente de uma questão de etnia, de raça, tem razão. Aqui tratamos do aspecto de que, entre as vítimas, a maioria assume esse contorno e esse perfil. Isso tem de ter uma explicação e tem de haver uma reversão nesse quadro. Então, é verdade que brancos, pardos, amarelos também são vítimas de violência. Quando podemos recorrer a qualquer estatística, vamos identificar 2 dados inequívocos: o primeiro é a idade, o segundo é raça. Negros e negras, menor quantidade de negras, e jovens, de 14 a 25 anos, até há algum tempo, entre as vítimas. Hoje, para além de vítimas, também passam a ser autores. E não acredito que o País esteja interessado em ver uma parcela considerável de sua população passivamente caminhar quase que num caminho único que a empurra para atividades criminosas.

Então, eu acho que o papel da nossa Comissão, desta CPI, é investigar, sim, cada caso consistente que aqui se apresenta, mas trabalhar uma nova legislação, novas políticas públicas e sociais, baseadas nessa compreensão, na compreensão dessa realidade, que não é mais uma realidade restrita como o foi até bem pouco tempo atrás na história brasileira, até porque a urbanização do Brasil, em termos históricos é recente. Nós temos aí 50 anos de consolidação dos espaços urbanos no Brasil e de migração rural.



Há 20 anos, podíamos ver os níveis de violência mais acentuados em especial na Região Sudeste e na Região Sul. Hoje, a violência é uma realidade nacional. Não há mais reserva geográfica, nem está relacionada ao índice de empobrecimento da população ou em virtude das diferenças de oportunidades. Hoje é um dado nacional. Nós podemos ir do Amazonas ao Rio Grande do Sul, que nós encontraremos essa realidade.

Então, eu acho que nos precisamos discutir com os nossos convidados de hoje e com os convidados de amanhã, especialistas nessa área, primeiro, a constatação de que temos uma falência do modelo de enfrentamento da violência, postos no sistema de justiça e segurança pública que conhecemos no Brasil. Com isso não estou querendo dizer que podemos substituí-lo só porque identificamos que há um problema. Mas, se não começarmos a fazer uma mudança substancial, não teremos tempo hábil de fazê-lo a tempo de salvar uma geração, porque, na nossa opinião — e quando falo nossa, falo do Movimento Nacional de Direitos Humanos — , já perdemos duas gerações e estamos a caminho de perder uma terceira. Então, não podemos assistir passivamente a isso.

Uma combinação entre políticas públicas e sociais, a constituição de um novo olhar e de uma nova postura em relação a esses problemas e um novo modelo de organização do sistema de segurança é urgente, sem prejuízo de identificarmos e investigarmos casos específicos.

Nós trouxemos ao Brasil, visitou o Brasil, se não me falha a memória, há 3 anos, 3 ou 4 — o Hugo está aqui e pode me ajudar a lembrar dessa data —, a relatora da ONU, uma paquistanesa, cujo nome me foge agora, para investigar e levar um relatório à corte da ONU sobre a situação de execuções sumárias...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DEPUTADA IRINY LOPES - Asma... Sim: Dra. Asma Jahangir. E os dados que ela colocou não puderam ser contestados por ninguém, nem pelo Governo Federal e muito menos pelos Governos Estaduais. Os Estados que ela visitou no Brasil se sentiram constrangidos, alguns quiseram colocar no carimbo da luta política... o local. Mas não se trata disso, trata-se de uma realidade, uma realidade que nós podemos enxergar nos números de homicídios, uma realidade que nós podemos enxergar na evasão escolar, uma realidade que nós podemos



enxergar nos presídios e nos estabelecimentos que deveriam fazer a recuperação e a readaptação de jovens em conflitos com a lei, no crescimento da utilização de droga, inclusive nessa que não é mais novidade e agora se transformou em algo que assusta todo mundo — mas, o problema não é ficar assustado, o problema é dar um tratamento de enfrentamento —, que é a presença do *crack* e da utilização indiscriminada do *crack*. E, agora, não há mais aquela caracterização inicial de que é usuário de *crack* quem não tem recurso financeiro para usar outras drogas. Hoje está quase universalizado, e não é mais... As faixas de quem utiliza não se restringe mais a poder de compra. Está certo?

A dedução lógica de uma realidade dessa — e eu acho que é uma dedução inclusive linear, não precisa fazer muita curva para chegar nisso — é o crescimento das organizações criminosas atuando no País. E, onde há organização criminosa, é porque faltou Estado, porque organização criminosa é um Estado paralelo, com suas próprias regras, suas próprias leis. Então, assim...

Portanto, é um debate de uma complexidade razoável — e devemos entendê-lo como tal. Mas essa complexidade não pode servir para uma justificativa, para não se enfrentar já. Se nós não pudermos dar um tratamento global ao conjunto de problemas identificados, temos de ter pelo menos uma hierarquização do que deve ser tratado e enfrentá-lo com planejamento e com parceria. Quando eu falo parceria, quero me referir à necessidade premente de aprofundarmos os processos democráticos no debate e no tratamento do problema da violência.

Quando a Dra. Asma esteve no Brasil, Deputado Marcelo, essa questão dos autos de resistência foi uma das questões que mais deixou chocada a Relatora da ONU. Ela disse: *“Então, vocês encontraram um instrumento legal para justificar a licença para matar a... para justificar o extermínio”*.

Então, assim, acho que nós devemos — todos da nossa Comissão — encampar aqui a sua sugestão, Deputado Itagiba, mas tratá-la de maneira nacional. Por quê? É o mesmo problema no Espírito Santo. E eu posso falar de cadeira no Espírito Santo, que é a Região Metropolitana mais violenta do Brasil, quando o parâmetro é homicídio. Se formos tratar de problemas de outra ordem, em especial, patrimonial, pode ser que outras regiões mais ricas do País existam outros riscos, mas, enquanto nós tratamos de homicídio, é a Grande Vitória, infelizmente.



E eu concluo aqui dizendo que este debate precisa ter esse caráter nacional. E, aí, Relator, já que a preferência da nossa Comissão foi tentar fazer um debate de fundo, e não tratar um caso, outro caso, outro caso, outro caso, sem deixar de tratar os que tiverem consistência que aqui chegarem, eu acho que o que nós precisamos ter as condições de ter todos esses dados à disposição da CPI, que sejam fornecidos os dados que cruzam auto de resistência com encontro de cadáver e com homicídios registrados pelo sistema SUS, para que nós possamos, inclusive, dizer se o que nós vamos aqui elaborar em torno de novos projetos de lei estão diretamente... estão em condições de responder a profundidade dos problemas que identificamos.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Queria aproveitar, Deputado, para pegar uma deixa da fala da Deputada Iriny. E talvez nós tenhamos um modelo muito interessante para analisar, talvez nós pudéssemos nos deter em cima dessa questão específica dos encontros de cadáver no Rio para determinar se esses encontros de cadáver já foram periciados, já que muitos deles já têm mais de 2 anos, e, se após a perícia, foram computados com que... se isso entrou na estatística e qual a cor da pele desses que foram contabilizados como encontro de cadáveres.

Eu acho que nós temos um laboratório bastante específico e bastante claro, com perguntas bastantes objetivas a serem respondidas. E eu pego uma deixa da Deputada Iriny para usar, talvez, esse modelo como um laboratório para isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Dra. Vilma, Dr. Marcelo, vou fazer uma rápida manifestação. Na realidade, eu sou Relator desta Comissão, hoje, excepcionalmente aqui acumulando a função de direção dos trabalhos.

Quero, em primeiro lugar, dizer que eu credito a esta Comissão um trabalho muito importante, por vários motivos. Até porque não é fácil, nós, num período pré-eleitoral, constituirmos uma Comissão que consiga trabalhar um tema complexo com este, fazendo um esforço para tratá-lo como uma questão de Estado e, portanto, minimizando ao máximo as nossas divergências de natureza partidária, para permitir que possamos avançar neste trabalho.

Os senhores e as senhoras sabem que, no Brasil, o tema da segurança pública normalmente vira pauta quando ocorre uma tragédia. Nós estamos, de



alguma forma, inovando, porque nós estamos nos antecipando a essa discussão. E eu costumo dizer para os colegas que tivemos a oportunidade de fazer aqui, num prazo de 60 dias, uma espécie de pós-graduação, porque aqui passaram boa parte dos principais pesquisadores do Brasil: Ignácio Cano, Jaqueline Muniz, Julio Jacobo, Beato, Alba Zaluar. Ouvimos aqui Secretários de Segurança, Diretor-Geral da Polícia Federal, Diretor-Executivo do PRONASCI, Secretário Nacional de Segurança, e assim por diante.

Então, isso nos permitiu, de alguma forma, produzir um acúmulo de informações importantes e um nivelamento de informações por parte desta Comissão.

A presença dos senhores aqui hoje tem vários significados, até porque muitos dos pesquisadores que estiveram aqui presentes procuraram colaborar e contribuir para que nós pudéssemos entender melhor o que nós poderíamos chamar de o mapa da violência no Brasil.

Mas o fato é que, de todos que vieram aqui agora, os senhores são os primeiros negros que vieram falar sobre um tema que muitos brancos tiveram oportunidade de analisar.

Então, acho que é muito importante que os senhores estejam falando, a partir, inclusive de uma experiência de estudo, de acesso desigual na sociedade brasileira. Então, eu acho que há um fato importante nesse aspecto.

Em segundo lugar, o fato de nós constatarmos que a violência no Brasil tem características muito especiais e que precisa obrigatoriamente ter deduções. O Prof. Marcelo apresentou aqui o mapa de 2001 a 2007 sobre a questão dos jovens; o Dr. Julio Jacobo, quando esteve aqui, mostrou que, se nós pegarmos os indicadores de violência da década de 80 para agora, se nós tirarmos fora essa faixa entre 14 e 25 anos, praticamente eles não variaram. A violência no Brasil, dos anos 80 para cá variou entre os de 14 a 25 anos.

Então, nós conseguimos enxergar a faixa etária. E os senhores demonstram aqui, de maneira estatística, qual é, digamos assim, o público alvo da violência. Nós conseguimos identificar as regiões do Estado onde esses índices ocorrem de maneira mais frequente; nós conseguimos identificar os níveis de escolaridade que não possuem, digamos assim, aqueles que são vítimas prioritárias da violência.



Portanto, nós temos condições hoje de termos um razoável diagnóstico. No entanto, quando nós chegamos aos órgãos do Estado, nós não observamos que esse diagnóstico seja utilizado para definição prioritária dos investimentos das políticas públicas.

Então, se nós vamos observar, do ponto de vista dos investimentos, de uma forma geral, nós vamos observar que há um descompasso entre aquilo que estamos deduzindo e enxergando e a forma como o Estado investe, inclusive do ponto de vista da distribuição dos recursos, seja por transferências voluntárias, ou mesmo em razão dos critérios de divisão de recursos por FPM, ICM e assim por diante, que reproduzem essa lógica da exclusão.

Então, esta Comissão tem a pretensão de, a partir dessas análises, poder exatamente propor mudanças que realmente possam incidir a respeito desse diagnóstico que os senhores estão nos ajudando a fazer, que é poder, de fato, ter um mapa e que faça isso que foi aqui dito. Nós estamos cruzando o mapa da violência com o observatório que se faz da análise dos investimentos, os estudos que nos trazem com a análise antropológica da Alba Zaluar, com a esperança... Isso vai nos dar um mapa, que, do meu ponto de vista, vai nos permitir uma compreensão importante desse cenário. E, evidentemente, a etapa seguinte é termos a capacidade de propor políticas públicas que incidam para mudar essa realidade que nós estamos aqui, junto com os senhores, constatando.

Deputado Marcelo Itagiba.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Apenas para lembrar a V.Exa., Sr. Presidente, já que mencionou o nome da Dra. Alba Zaluar, que ela fez publicar ontem no jornal *O Dia*, do Rio de Janeiro, a estatística de um aumento de mais de 40% das comunidades do Rio Janeiro, que passaram, nestes 2 últimos anos do Governo Sérgio Cabral, a dominar mais de 40% das áreas de comunidades através das milícias. Ou seja, houve um acréscimo dos domínios das milícias nas áreas do Rio de Janeiro.

Então, seria interessante pedir esse estudo da Dra. Alba Zaluar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Esse estudo foi entregue à CPI. Mas, na oportunidade, houve uma solicitação da Dra. Alba, como era um estudo inédito, que nós não o tornássemos público para, inclusive, respeitar a



pesquisa dela que estava sendo concluída. Mas ele já se encontra à disposição de todos os senhores junto à Secretaria da Comissão. É um estudo bastante completo e, digamos assim, o mapa detalhado de quem domina cada área, cada região geográfica do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Eu pediria, então, a V.Exa. o acesso a esses documentos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - ... até porque ficou patente e claro que, embora haja um discurso de combate, na verdade, combate não há, porque na verdade houve um aumento substancial das milícias no atual Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Perfeitamente. Todos os documentos.

E eu quero pedir à senhora também, Dra. Vilma, e ao Dr. Marcelo que coloquem à disposição desta Comissão não só os documentos que foram aqui apresentados, mas também outros documentos que, por ventura, considerem importantes estarem presentes no trabalho, no relatório que nós estamos desenvolvendo.

De imediato, passo a palavra para...

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Sr. Relator...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Deputado Luiz Alberto.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Antes de V.Exa. passar a palavra, eu queria só destacar uma questão levantada pela Profa. Vilma Reis, para que tanto ela quanto o Prof. Marcelo pudessem comentar, que foi a abordagem que ela fez dos programas de televisão que insistem em espetacularizar as ações criminosas, a ação policial, ou alguma outra ação que envolva determinada situação de violência.

Eu queria que os 2 comentassem se essa é uma característica de programas locais ou se também incide em programas de caráter nacional.

E um caso que... não sei se isso ocorreu em outros Estados, mas no caso da Bahia foi patente, onde um programa foi provocado pelo Ministério Público para que ele interrompesse esse tipo de ação, nem o Ministério Público conseguiu que esse programa fosse retirado do ar. Ele permanece. Eu não sei se foi o *Na Mira*, que é feito por pessoas ligadas à Polícia, inclusive, ou o do *Fala Bocão*.



Então, eu queria o comentário dos 2 acerca dessa questão, se esses programas de televisão contribuem com o incentivo à violência no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Quero registrar a presença do Deputado Raul Jungmann, 1º Vice-Presidente desta Comissão, e comunicar aos senhores e às senhoras que nós tivemos já a sinalização do início da Ordem do Dia.

Portanto, passarei a palavra para que os nossos convidados possam fazer as suas manifestações, já encaminhando a conclusão dos trabalhos.

Com a palavra o Prof. Marcelo Paixão.

O SR. MARCELO JORGE DE PAULA PAIXÃO - Primeiramente, tenho de me desculpar com o Plenário, com os debatedores, com os Deputados, porque eu fui convidado ali por 2 jornalistas a prestar 2 depoimentos. Então, talvez eu tenha perdido parte da fala da Profa. Vilma em algum momento. Então, eu peço desculpas aqui de antemão.

Eu considero que o indicador... Não sei se dá para abrir aqui, é só uma passagem rápida, se for possível. O que assusta... O que, na minha concepção, assusta é a falta de um consenso, no interior da sociedade brasileira, no sentido da construção de uma reversão do comportamento desses indicadores dos homicídios no Brasil. Pegando até um pouco a fala, a pergunta que foi feita pelo Deputado Luiz Alberto, há uma tendência pelo contrário. Parece que há uma tendência de que essas questões acabem virando um problema do cotidiano. Elas não são... inclusive a própria maneira como os jornais dividem os temas. O tema do pré-sal é um tema que vai aparecer amanhã na página de política. E esse tema aqui que nós estamos discutindo não vai aparecer nem na de política, certamente não vai aparecer na de policial.

Na verdade, os temas de segurança pública aparecem despolitizados. Eles são dados que são tidos como produto de um cotidiano que é gerado naquela loucura, naquele dia a dia e que, portanto, não são assuntos passíveis de uma intervenção séria do Poder Público.

Então, quando foi mencionado, quando... Se aqui nós conseguirmos acesso à apresentação, eu vou reapresentar. Quer dizer, mas a curva, o ângulo de inclinação da... Quer dizer, nós tínhamos, em 1980, 13 mil e 900 assassinatos por ano, e nós conseguimos chegar, 27 anos depois, a 47 mil. E, aí, também destacar, quer dizer,



aquilo que o Deputado Itagiba apresenta, aquela questão que ele coloca, quer dizer, à medida em que vai caindo o número de casos de cor ou raça ignorados dentro da população, da base de dados da população vitimada por homicídio, vai ficando cada vez mais notório que quem está realmente exposto a essa situação são aquelas pessoas que têm a pele mais escura. Então, as pessoas, às vezes, dizem: “*Não, mas o problema é social. O problema não é da cor da pele*”. Depende. Eu me lembro daquele dentista, o Flávio Santana, que foi assassinado em São Paulo, que foi assassinado pelo fato de ser dentista. Eu não sei, as pessoas saem discriminando por aí: dentistas. Ele foi assassinado, ele estava vestindo roupas de classe média, estava no seu carro de classe média. Agora, recentemente, tivemos — não chegou a uma ação letal — o episódio de um trabalhador que foi agredido no *Carrefour*, em São Paulo, de novo, exercendo ali os seus gozos, as suas prerrogativas de um membro de classe média.

Então, dizer que a variável cor da pele não interfira e que apenas a variável social defina... Olha, eu não posso ir comprar pão como eu estou vestido aqui agora. Eu não posso ir lá na esquina, andar o tempo todo de terno e gravata. Não dá. Aqui eu até acho, ainda estou aqui com a cara de doutor, mas não dá. No dia a dia, eu dar aula de terno e gravata? Não dá! Então, concretamente, eu acho que o que se trata é que a sociedade brasileira... Isso não é apenas no tema da violência urbana, isso é em qualquer tema em que nós trabalhemos.

E essa resistência... Há uma resistência muito grande, muito forte, em discutir o racismo e seus aspectos deletérios na sociedade brasileira, o racismo e o seu papel no sentido da preservação de uma sociedade profundamente desigual e o racismo como um dos vetores que produzem a violência, que pode ser a violência de características letais ou pode ser a característica não letal. Mas a violência, se ela não matar, ela vai gerar sempre algum tipo de trauma.

Fica a sugestão para o relatório da CPI: os dados, mesmo considerando todos os limites que nós temos em acesso à base de dados sobre o tema segurança pública, dos dados que nós temos já é possível caracterizar que os indicadores de letalidade da polícia em relação à população em geral apresenta viés de cor, denunciando um aspecto que não pode ser chamado de outra forma senão de racismo institucional.



As ações existentes atualmente pelo Estado brasileiro não vêm contribuindo para a reversão da curva de homicídios, seja para a população como um todo, seja para a população jovem, seja para a população negra. Não é tema. Se os negros são assassinados, não há passeata da paz. Se os negros são assassinados, não há comoção pública. Ninguém vai botar estátua. Há, no máximo aquele da candelária, que até botaram um crucifixo ali, sei porque é a minha cidade. Então, sei que há ali um crucifixo muito modesto em relação às outras coisas que acontecem no Brasil. Cada vida de um brasileiro que se perde vai ter de ser lamentada.

Agora, chama a atenção que, entre 2006 e 2007, tenham sido assassinados no Brasil, fora os casos de encontro de cadáveres, 60 mil pessoas negras, e não tenha tido nenhuma passeata por nada. E isso denuncia a maneira pela qual a discriminação de cor no Brasil vai interferindo nessa realidade. Então, quando há um indicador de letalidade da Polícia em que há identidade de que há uma desigualdade de cor, então é o racismo institucional agindo de forma ativa.

Agora, há também o racismo permeando a sociedade quando se naturaliza as incidências desiguais daquele fenômeno sobre a população, quer dizer, como eu tinha colocado na minha apresentação. O que é uma razão de mortalidade? Razão de mortalidade é probabilidade. O que é probabilidade? Significa que vamos encontrar pessoas que... A cada ano, vai haver um número selecionado dos que não vão chegar no ano seguinte. Então, há uma relação. A gente morre do que a gente vive. Se eu comer só churrasco, comida gordurosa, vou morrer. Vou ter um problema com as minhas artérias. E é evidente que o homicídio, tal como as doenças vasculares cerebrais ou como as doenças respiratórias, também é produto da maneira pela qual as pessoas vivem.

Então, aproveitando a presença do nosso ilustre Deputado Itagiba, era isso que eu achei importante mencionar. Quer dizer, o fato é que a probabilidade de uma pessoa negra ser assassinada é superior à de uma pessoa branca, hoje na casa de mais de 100%. E a última coisa que poderíamos fazer seria naturalizar essa informação, transformando-a como um outro dado de um conjunto que foi trabalhado, deixando de lado, enfim, essa questão, que, para mim, é o tema dessa nossa sessão de hoje, que vem a ser a relação. Aí é uma coisa de que não dá para abrir mão e, mais uma vez insisto, mais uma vez sublinho a relação existente entre o



racismo e os indicadores sociais brasileiros, no caso aqui mencionando os que estão presentes no termo em apreço.

Então, portanto, fica uma sugestão para o relatório, o tema do racismo institucional, como ele vai ser trabalhado.

Acho que também, sobre a pergunta que me foi feita pelo Deputado Marcelo Itagiba — eu não tenho aqui comigo os dados do Rio de Janeiro. Há no nosso banco de dados, mas não trouxe, não peguei essa evolução. Mas acho que esse dado seja morte por causa indeterminada, morte por causa externa sem que seja identificada a intencionalidade da ação. Já tínhamos identificado — isso aqui era realmente um indicador muito elevado. Mas eu, pelas minhas estatísticas, procuro pecar pelo meu conservadorismo, porque como eu estou trabalhando com dados que já são fortes, quer dizer, estou trabalhando com o dado de que 60 mil negros foram assassinados durante 2006 e 2007. Aí, esses dados de causa indeterminada conversamos muito com o pessoal da equipe e foi dito: como não há uma literatura que dê conta do que significa, porque sabemos que parte desse grupo certamente está no meio alguns que cometeram suicídio, por exemplo, portanto, resolvemos não incluir, mas esses dados estão sendo trabalhados também pelo nosso laboratório. Também deixo à disposição desta CPI o laboratório que coordeno na UFRJ. Eu, particularmente, quando o Deputado Luiz Alberto me ligou falando desse convite eu dei socos no ar, porque não há coisa melhor para um professor universitário que trabalhe com pesquisas sociais do que ver seu trabalho sendo utilizado para produção de políticas públicas, do que ver seu trabalho sendo utilizado para produção de alertas para a sociedade. Foi por isso que lutamos tanto por democracia, por isso que lutamos...

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Prof. Marcelo, sem querer interromper, mas como estão nos chamando para a votação nominal, queria sugerir...

O SR. MARCELO JORGE DE PAULA PAIXÃO - Já vou cancelar.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Queria sugerir que não se cancelasse, mas que alguns de nós fôssemos votar. E eu votaria. Isso para encerrar de forma bastante regular o nosso trabalho, porque acho que foi muito importante a audiência pública.



O SR. MARCELO JORGE DE PAULA PAIXÃO - O senhor quer que eu interrompa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Vou pedir para alguém da Assessoria conferir se está havendo votação nominal ou se só começou a Ordem do Dia, está bem?

O SR. MARCELO JORGE DE PAULA PAIXÃO - Vou tentar ser breve. Não vou conseguir responder tudo, mas acho que também fica uma outra sugestão para o relatório final. Acho que essa questão dos confrontos e de mortes por causa indeterminada tem de entrar no relatório. Acho que não tem como... Os senhores já identificaram essa questão. E acho também que deveria entrar no relatório final o tema da necessidade urgente do Estado brasileiro, e cada uma das Unidades da Federação, no sentido da redução do número de homicídios e no número de homicídios de pessoas negras, de pessoas jovens.

Há, evidentemente, algumas questões que também, para concluir, acho muito importantes para que os senhores também incorporem aos trabalhos. Não vejam esse tema sob a ótica policial. Vejam esse tema sob uma ótica articulada. Se eu for falar da juventude negra, o homicídio sobre a juventude negra, não posso perder de conta o tema do homicídio, não posso perder de conta o tema do acesso à universidade, da pobreza, não posso perder de conta mesmo aquela questão que, por exemplo, não foi trabalhada aqui, mas fica também outra sugestão.

Por que não é chamada aqui aquela garotada dos bailes *funks* para relatarem a violência que foi a proibição da sua manifestação cultural? Foi um ato de violência. No início do século XX o samba foi proibido. Aí, 100 anos depois, uma outra forma de manifestação tipicamente negra também é proibida. O que eles estão dizendo, principalmente o pessoal do *rap*? Eles falam usando aquela linguagem de uma forma muito mais legal do que a de se ficar aqui jogando um arrazoado de estatísticas sociais. Mas, de qualquer maneira, essa questão da produção de um consenso nacional... Como eu não consegui passar novamente a minha palestra, eu vou só colocar aqui. Isso aqui são os dados dos homicídios. Imaginem se isso aqui fossem os dados... Sabe o que isso lembra? Isso lembra os dados da inflação no Brasil durante os anos 80. Eu poderia até plotar uma curva aqui, porque as curvas são muito semelhantes. Em 1994, chegou o Plano Real, e a inflação foi posta sob



controle. Quando é que vai aparecer o Plano Real desses dados dos homicídios? Quando vamos ter finalmente uma política que efetivamente se transforme?

Agora, de qualquer maneira, concluindo, eu não acredito em política pública feita nesse País no sentido da redução da desigualdade, da pobreza e da violência que não leve em consideração os dados desagregados pela variável cor ou raça e grupos de sexo, porque o racismo e o sexismo são elementos estruturais, são vetores determinantes do modo de ser da sociedade brasileira.

Esse é o equívoco que comete a academia brasileira ao não trazer esses dados para suas análises. A academia brasileira em geral, como aqui o nosso Deputado Paulo Pimenta colocou... Vai vir aqui um arrazoado de cientistas sociais — e digo com o maior respeito que eu tenho, porque eu conheço a maioria deles —, mas como pode os dados do racismo não aparecerem? Como pode esses dados não aparecerem? Aí é que vamos para outra Comissão que vai discutir o Estatuto da Igualdade Racial, as quotas.

Não aparece porque a Universidade não tem pessoas negras. Foi isso que o nosso Deputado disse. *“É, Marcelo, vocês foram os 2 primeiros negros a aparecerem aqui”*. Olhem só o paradoxo. É a população que é vitimada, mas, para vir pessoas desse grupo para cá, tem de passar dos 48 do segundo tempo, já a torcida adversária pedindo para acabar o jogo para que se tenha pessoas negras aqui falando. O que é isso? É violência também, porque não dar a voz é também um ato de violência. O silêncio também é um ato de violência. Então, essas questões são muito interligadas. Dá vontade de ficar aqui muito tempo conversando, mas eu acho que os senhores têm um trabalho realmente importante pela frente.

Quer dizer, como falamos para alguns Deputados, ou seja, não falamos para a maioria — pelas fotos que há aqui, parece-me que a maioria não esteve presente. Realmente dá dó, porque meu medo é o de que, no momento em que essa discussão voltar, volte já num campo totalmente minado. E, aí, tudo o que falamos aqui vai ficar nos anais da história, mas não vai ser incorporado aos trabalhos, o que seria particularmente decepcionante. De tal maneira que eu acho que o nosso Relator aqui vai ter um trabalho adicional, no sentido da produção de um convencimento. E, como eu disse, no que diz respeito ao trabalho feito pelo Prof. Marcelo Paixão e a sua equipe de investigadores, de pesquisadores, os dados que



nós produzimos são feitos desde uma universidade que é pública e os dados que produzimos, enfim, não têm outra lógica que não essa. E eu me encontro completamente à disposição seja para trazer novos indicadores, seja para trabalhar em cima de indicadores que vocês tenham e a que a gente não tenha tido acesso, porque realmente o que está em jogo aqui é o próprio sentido de sociedade, o próprio sentido de civilização brasileira, porque, continuando esse ritmo, fazendo assim uma abordagem muito geral, no ano de 2010, na década que se está iniciando, nós vamos começar mais ou menos ali pelo ano de 2015, mantendo esse ritmo, o número anual de mortes no Brasil vai chegar à casa de 60 mil. E eu não sei se é este o País que alguém aqui dentro desta sala realmente gostaria de viver e ver seus filhos vivendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Dr. Marcelo. Quero dizer mais uma vez que para nós a presença de vocês é muito significativa. E eu quero que vocês utilizem esse espaço da melhor maneira possível, para que possam amplificar os estudos, os trabalhos, as denúncias e que possamos construir juntos no relatório o espaço adequado para dar consequência a tudo isso que nós estamos constatando, qualificado ainda mais esse trabalho com a presença aqui hoje do senhor e da Sra. Vilma.

E passo de imediato a palavra para a Vilma e peço, gentilmente, que o Deputado Luiz Alberto assuma a Presidência, para que eu possa ir votar e retornar.

Vilma, a palavra está à sua disposição.

A SRA. VILMA REIS - Eu quero rapidamente responder... Fomos instigadas aqui a (*falha na gravação*). Está falando aí, não está? Deputado Luiz Alberto, eu considero que dos debates que estamos fazendo tem 3 questões que nós precisamos ir para cima, primeiro pela situação em que o Brasil não vai ter como sustentar internacionalmente esses dados trazidos aqui e nós estamos debatendo. Assim como o Rio está pensando uma saída para a questão do auto de resistência, eu acho que nós temos de deixar como recomendação a esta Comissão chamar o próprio Ministério da Justiça, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, chamar os órgãos que pensam essa política, ou deveriam pensar.

Nós precisamos pautar o problema do auto de resistência, porque é uma licença para matar, sim. Quer dizer, aquele relatório, quando a relatora da ONU foi a



Salvador e depois visitou o Município de Santo Antônio de Jesus, com aquela questão de que um único policial estava envolvido em 47 mortes e só havia uma pessoa viva, que era um jovem de 18 anos de idade e, no dia em que a relatora se retirou do Município, ele foi sequestrado e assassinado. É disso que nós estamos falando. Estamos falando de um... Não estamos falando de um Estado paralelo, mas de um estado organizado para matar negros, um estado secularmente organizado para matar negros.

A existência de polícias no Brasil data do início do século XIX. As polícias nasceram e foram organizadas para caçar e matar negros. Por isso que o modelo policial é incompatível com a nossa existência. O modelo policial que está colocado no Brasil é incompatível com a nossa existência, porque estamos falando de instituições erguidas para caçar, torturar, humilhar e matar negros. Foi isso que aparece aqui no livro da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, que comparou a guerra da violência urbana no Brasil com os dados da guerra da Iugoslávia, e nós, lamentavelmente, ganhamos nessa corrida. Lamentavelmente, ganhamos nessa corrida. Então, nós precisamos...

E, se é para enfrentar, eu concordo com a Deputada Iriny, quando ela fala que não podemos sair da CPI apenas com algumas recomendações, *“vamos por aqui”*. O Deputado Luiz Alberto chamou atenção para essa questão, nós precisamos sair daqui sabendo, *“olha, nós vamos intervir por aqui”*, porque nós estamos precisando efetivamente de mexer com questões que parem a máquina de moer gente. Para nós não é retórica, para nós não é ter mais um livro publicado, para nós é viver ou morrer. O meu sobrinho tem 14 anos de idade. Ele tem que viver, ele tem direito à vida. Ele tem direito à vida. Ele mora como muitos jovens negros moram em bairros em que jovens são humilhados todos os dias. Não é possível que nós vamos tolerar toque de recolher estabelecido pelas polícias nas regiões metropolitanas do País.

Eu sou professora numa cidade no meio da Bahia, que é a cidade de Seabra. Eu dou aula de quinta a sábado na Universidade do Estado da Bahia, a cada semana que volto... Olha, eu estou falando de uma cidade com 70 mil pessoas. Cada semana que eu volto, de 2 a 3 jovens são assassinados. Uma das comunidades é ao lado da universidade. Estamos tratando... O problema é deste



tamanho. E aí entra uma coisa, Marcelo. Eu acho fantástico quando você constrói as nossas saídas, porque se você tem uma universidade em que os negros não são chamados a opinar sobre absolutamente nenhuma temática, a não ser no apagar das luzes, se você tem uma situação como essa, nós precisamos então fazer um outro caminho, porque nós estamos diante de algo que efetivamente, digamos assim, o Estado resolveu que... Bom, aqui, vamos resolver, nós existimos mesmo para aquele quinhão, não é? Então, o autor da novela que as pessoas falam: *“Você vai para onde? Para o Brasil? Não, eu estou indo para o Leblon. Eu estou indo para o Leblon.”* Isso está dentro do nosso cotidiano. Eu falo isso para nós pensarmos... Escapuliu rapidinho.

A pergunta do Deputado Luiz Alberto sobre os programas de televisão. Vejam bem o que temos passado no Brasil. O Observatório Negro em Recife, eu acho que a Profa. Ana Paula Maravalho, a Profa. Rebeca Duarte são pessoas que podem vir aqui e falar dos jovens. E que a polícia, durante o carnaval de Recife, no ano passado, botou para nadar jovens que não sabiam nadar. E quem não morreu afogado depois morreu na pancada. Um grupo de jovens na escola de preparação de oficiais que, numa roda, numa brincadeira no meio do carnaval do Recife, assassinou um jovem. Cada um batia de uma forma. Eu acho que esses relatos, que são os casos exemplares trazidos pelo Observatório Negro do Recife, precisam chegar aqui à CPI, porque nós estamos falando de chamados governos democráticos populares. E revolução boa começa em casa. Revolução boa começa em casa. Essa é uma questão. E Recife tem um problema com os programas de TV, que, historicamente, são programas para execração pública, para criminalização da população negra.

Nós sabemos como a população negra é tratada em São Luís, no Recife, em Salvador, em Vitória. Eu fui a Vitória com 18 anos de idade. Eu agora tenho 40. Eu fui a Vitória numa época em que a gente pouco ouvia falar na Bahia. Tinha uma dimensão do que era Vitória. Cidades como Goiânia, que ocupa o noticiário com o limite da brutalidade. Da brutalidade. E, às vezes, a gente fica pensando, porque essa carga sobre o Rio de Janeiro também tira o foco sobre outros lugares que promovem a brutalidade. Por isso, Deputada, foi tão importante a ida do Ministério da Justiça para ver aquela situação dos contêineres em Vitória, para ver a situação



prisional em Vitória. É claro que a voz de uma Deputada, de um Deputado não consegue amplificar o tamanho do problema muitas vezes, daquilo que é você colocar pessoas num contêiner, em que a temperatura chega a 40 graus e em que tinha coliformes e restos a mais de 40 centímetros.

Eu queria voltar à questão dos programas. No dia 26 de março deste ano, nós instigamos o Ministério Público da Bahia a retirar do ar 2 programas, e quero que esta Comissão, como o próprio Relator está nos pedindo sugestões, eu gostaria de deixar como sugestão o próprio relatório da campanha *Reaja ou será morta! Reaja ou será morto!* Um mês depois, fomos ao dirigente do Ministério Público da Bahia, ao Promotor-Geral, Sr. Livaldo Britto, e falamos que a situação era insustentável. Queremos que o TAC — Termo de Ajustamento de Conduta, que foi instado para que esses programas se readequassem a qualquer coisa entendida como comunicação, que essas pessoas, que esses produtores e que a ida da Comissão à Bahia possa alterar essa situação ou que essas pessoas sejam convocadas. Elas precisam ser convocadas, porque nós lutamos durante décadas no Brasil para que houvesse programação regional, para que a televisão tivesse uma programação regional.

Não é possível que, em Recife e na Grande Recife, em Manaus e no entorno das regiões metropolitanas de Belém e da própria realidade da Amazônia, não é possível que, na região metropolitana de Salvador, a produção regional seja exatamente para criminalizar as maiorias. Não foi para isso que lutamos para ter produção regional na TV. Lutamos pela produção regional exatamente para o contrário, para que se evidenciasse a pluralidade cultural, para que se evidenciasse a pluralidade de ideias, inclusive políticas, já que a violência política permite também a ampliação dessa violência que se manifesta de forma concreta nos corpos negros na sociedade. Queremos que as produções desses programas, que a Comissão veja uma forma de como...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Dra. Vilma, vamos construir uma ideia, na medida em que possamos identificar esses programas...

A SRA. VILMA REIS - Eles estão, Deputado, em todas essas regiões que colocamos aqui. Antes eles estavam só nas rádios. O problema...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - E talvez conversar com o pessoal da Comissão de Direitos Humanos, pegar especificamente pela questão de incitar a violência e trazê-los aqui para depor, para apresentar os programas e explicar para nós como o programa cumpre o que determina a Constituição em termos de prerrogativa de utilização desse espaço.

A SRA. VILMA REIS - Só para concluir, um juiz na Bahia instituiu uma multa de 10 mil reais ao dia para a produção desses programas. Aí eles foram lá no Ministério Público, mas eles voltaram e voltaram de forma mais violenta ainda, Deputada, de forma mais violenta. E eles agora brincam: *“Ah, tem esse Conselho aí, tem esse pessoal aí do movimento negro, que está dizendo que o programa é racista”*. E aí pegam uma mulher branca, um homem branco e dizem: *“Aqui, eles também roubaram, eles também fizeram”*. É uma coisa absurda! Quer dizer, o caráter racista do programa realmente se revelou.

Outra proposta que queremos deixar para a Comissão é que insista na ideia de mexer com a questão do auto de resistência não apenas no Rio, mas que pense nessa questão para o conjunto do País. É com o argumento do auto de resistência que a polícia da Bahia recebe licença para matar, é com esse argumento que a polícia humilha e mata em todos os Estados do País. Não é possível! Isso não está nem no Código Penal, mas essa aberração, que emergiu da ditadura e é incrível... Precisamos chamar a Secretaria de Direitos Humanos para pensar, porque essa Secretaria, que tem uma agenda tão ampla para a questão dos anistiados, que tem uma agenda tão ampla para as questões... que é a agenda da ditadura, pois auto de resistência é agenda da ditadura. É fazer a reforma do passado.

Aquilo que os jovens alemães têm tanta vergonha de dizer no mundo, que são alemães, porque têm vergonha do legado nazista. E, neste País, os jovens brancos de classe média que sofreram estelionato intelectual na escola e não tiveram direito de aprender sobre a história do País não têm qualquer constrangimento do legado da escravização. Agora é o tempo. É hora de a Secretaria Nacional fazer o dever de casa. Para além da questão de indenizar as pessoas que foram afetadas pela ditadura, queremos os outros rescaldos, as outras misérias erguidas pela ditadura. O auto de resistência... Para nós, a ditadura continua viva, porque um instrumento erguido na ditadura continua servindo para



legitimar a morte oficialmente no País! E queremos que a CPI possa mexer com essa questão, porque para a gente agora é viver ou morrer.

A terceira questão que queremos deixar aqui é que o PRONASCI, com sua montanha de recursos, que o PRONASCI não seja para construir mais prisões. É muito vergonhoso para um país que fecha escola e abre prisões. No Brasil, as escolas de ensino médio, as grandes escolas de ensino médio na Bahia hoje são verdadeiros cemitérios. Estudei numa escola pública que, quando estudei, tinha 7.900 alunos. Hoje as pessoas passam e não sabem do que se trata. As grandes escolas deste País... Hoje há aberrações como enturmações, que só na frente podemos falar o que é isso, que é juntar várias turmas, porque chega em junho tem sala que tem 2 alunos, tem sala que só tem alunas mulheres.

A pergunta que foi colocada aqui pelos próprios Deputados: para onde foram os jovens meninos? Num trabalho mais recente que temos feito — e eles novamente vão aparecer no dossiê —, eles não estão na escola porque muitos deles as mães já foram enterrar. Nós não nascemos para enterrar os mais novos. Eu termino aqui dizendo isto: nós não nascemos para enterrar os mais novos. Crescemos numa sociedade, somos fruto de um legado civilizatório que nos ensinou que nós iríamos envelhecer e seríamos enterrados e enterradas pelos mais novos. Tem algo muito sério acontecendo nessa sociedade.

Nós podemos inverter essa lógica se invertemos a lógica do PRONASCI. O PRONASCI não pode ser uma agenda da segurança pública. Se nós quisermos inverter, o PRONASCI tem que ir para as mãos de uma SPM, o PRONASCI tem que ir para uma SEPPIR. Nos Estados, o PRONASCI tem que dialogar prioritariamente com as outras Secretarias, e não com a Secretaria de Segurança Pública. A Secretaria de Segurança Pública e seus quadros, quando olham um jovem negro, só veem um criminoso.

Então, a Secretaria de Segurança Pública não pode pensar em políticas a não ser para nos criminalizar mais ainda. É essa a contradição profunda do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Se quisermos inverter a lógica da violência urbana no Brasil, pega essa montanha de recursos do PRONASCI e tira do viés da segurança pública, tira do viés da segurança pública. Porque as polícias não



aprenderam neste País que nós somos seres humanos. Os homens negros são olhados como os violadores sexuais em potencial.

Se é verdade as pesquisas da Profa. Heleieth Saffioti, 79% dos agressores das mulheres estão em seu próprio grupo e os homens muitos próximos. Oitenta por cento dos agressores sexuais das mulheres brancas são os próprios homens brancos. E o mesmo vai ocorrer no nosso grupo.

Portanto, nós precisamos de outra lógica de segurança pública: menos polícia, menos armas, menos construção de presídio. E que a gente possa, efetivamente, pensar em educação, para inverter os quadros apresentados aqui pelo Prof. Marcelo Paixão.

Eu considero que nós cumprimos a nossa missão aqui hoje. Nós viemos aqui para trazer esse dossiê e dizer que nós não vamos morrer em silêncio. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Alberto) - Quero agradecer a presença ao Prof. Marcelo Paixão, à Profa. Vilma Reis, a vocês — algumas vieram da Bahia e outras se exilaram em Brasília, mas estão aqui para dar assistência a todos. E dizer à Profa. Vilma e ao Prof. Marcelo que as suas contribuições, com certeza, vão ajudar muito nas conclusões desta Comissão de Inquérito.

O SR. MARCELO JORGE DE PAULA PAIXÃO - Desculpa, Presidente, mas eu me esqueci da importância fundamental de esses dados estatísticos de criminalização e violência serem divulgados regularmente, como o Ministério do Trabalho faz, como o Ministério da Saúde faz, como o Ministério da Educação faz e como o IBGE faz. Não tem sentido essas informações ficarem presas nas Secretarias de Segurança Pública, como se fosse segredo de Estado.

Desculpa, mas eu tinha que falar sobre isso, se eu não falasse eu iria me sentir... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Alberto) - Com certeza, Prof. Marcelo.

A SRA. VILMA REIS - Deputado, licença. É porque os órgãos de segurança se sentem donos dos dados, Prof. Marcelo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Alberto) - Essa é uma cultura que... Tenho certeza absoluta de que esse trabalho desta Comissão e outros trabalhos que vêm sendo desenvolvidos nesta Casa, com outras Comissões e na própria Comissão de Segurança Pública desta Casa, uma Comissão Permanente, vão



agregar-se, para que possamos colaborar, contribuir para mudar esse quadro de cultura do sigilo de dados muito importantes para a sociedade.

Agradeço a presença à Profa. Vilma.

E um dado que já imediatamente contribui é a decisão do nosso Relator de promover audiência pública e convocar para depor os responsáveis pelos programas de televisão que incentivam e expõem as pessoas de forma absolutamente criminosa à sociedade.

Portanto, quero agradecer a presença a vocês.

Há a avisos para o final? *(Pausa.)* Não.

Está encerrada a reunião. *(Palmas.)*